

DECRETOS SIMPLES

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os demais elementos constantes do Processo SEI nº 011.5602.2024.0109144-94,

RESOLVE

tornar sem efeito, a partir da data de sua edição, as nomeações para o cargo de Professor Padrão P - Grau III, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, dos candidatos abaixo nominados, publicadas no Diário Oficial do Estado - D.O.E. de 23.04.2024, em conformidade com o disposto do art. 19 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994:

CANDIDATOS AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO/DISCIPLINA: B02 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - BIOLOGIA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 24 - ITAPARICA

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0061252c	YURI ANTONIO MASCARENHAS DE CARVALHO	157.50	2

CARGO/DISCIPLINA: E05 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - FÍSICA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 26 - METROPOLITANA DE SALVADOR

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0063736b	GUILHERME SERRAVALLE DOS SANTOS BARROS	160.50	12

CARGO/DISCIPLINA: F06 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - GEOGRAFIA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 03 - CHAPADA DIAMANTINA

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0048699b	JOAO VITOR FERREIRA FERNANDES	163.75	5

CARGO/DISCIPLINA: H08 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - LÍNGUA INGLESA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 27 - COSTA DO DESCOBRIMENTO

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0081069b	JHESSIKA SIMOES BONFIM	154.00	2

CARGO/DISCIPLINA: I09 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - LÍNGUA PORTUGUESA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 06 - BAIXO SUL

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0035563k	FERNANDO DA CUNHA MENDONCA	151.40	9

CARGO/DISCIPLINA: I09 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - LÍNGUA PORTUGUESA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 26 - METROPOLITANA DE SALVADOR

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0070290a	MARCIO CAIQUE SANTOS CORREIA	164.40	38

CARGO/DISCIPLINA: J10 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - MATEMÁTICA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 24 - ITAPARICA

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0056240d	LUIDSON ROBSON DA SILVA PEDROZO	168.40	5

CANDIDATOS NEGROS

CARGO/DISCIPLINA: B02 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - BIOLOGIA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 11 - BACIA DO RIO GRANDE

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_NEGRO
0061782j	AARON MATHEUS SANTOS DA SILVA	140.00	10

CARGO/DISCIPLINA: I09 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - LÍNGUA PORTUGUESA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 05 - LITORAL SUL

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_NEGRO
0008034c	WESLEY RIBEIRO DE MORAIS	153.80	7

CARGO/DISCIPLINA: I09 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - LÍNGUA PORTUGUESA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 13 - SERTÃO PRODUTIVO

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_NEGRO
0024842d	ERISKARINE BARBOSA DO NASCIMENTO	147.30	7

CARGO/DISCIPLINA: I09 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - LÍNGUA PORTUGUESA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 19 - PORTAL DO SERTÃO

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_NEGRO
0069346h	MAURICEIA GONCALVES DE MAGALHAES SANTOS	163.00	6

CARGO/DISCIPLINA: I09 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - LÍNGUA PORTUGUESA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_NEGRO
0046075i	VICTOR LIMA DOS SANTOS	156.50	7

CARGO/DISCIPLINA: J10 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - MATEMÁTICA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_NEGRO
0047524f	MARCIO SILVEIRA RAMOS	131.40	8

CARGO/DISCIPLINA: J10 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - MATEMÁTICA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 22 - MÉDIO RIO DE CONTAS

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_NEGRO
0053446i	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS SILVA	160.00	4

CARGO/DISCIPLINA: J10 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - MATEMÁTICA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 26 - METROPOLITANA DE SALVADOR

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_NEGRO
0070581a	ALAN DA SILVA LIMA	160.50	34

CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

CARGO/DISCIPLINA: B02 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - BIOLOGIA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 04 - SISAL

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_DEF
0061441f	UESLEI FIGUEIREDO DOS SANTOS	143.50	2

CARGO/DISCIPLINA: J10 - PROFESSOR PADRÃO P - GRAU III - MATEMÁTICA
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 20 - VITÓRIA DA CONQUISTA

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CL_DEF
0047341i	WELMA OLIVEIRA HEISIG	150.00	3

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de janeiro de 2025.

JERÔNIMO RODRIGUES
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os demais elementos constantes do Processo SEI nº 011.5602.2024.0109144-94,

RESOLVE

tornar sem efeito, a partir da data de sua edição, as nomeações para o cargo de Coordenador Pedagógico Padrão P - Grau III, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação, das candidatas abaixo nominadas, publicadas no Diário Oficial do Estado - D.O.E. de 23.04.2024, em conformidade com o disposto do art. 19 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994:

CANDIDATOS AMPLA CONCORRÊNCIA

CARGO: M13 - COORDENADOR PEDAGÓGICO PADRÃO P - GRAU III
NÚCLEO TERRITORIAL DE EDUCAÇÃO - NTE: 26 - METROPOLITANA DE SALVADOR

NÚMERO	NOME	NOTA FINAL	CLASS
0078260j	LUCIANA DE ABREU E BARROS ALVES	176.00	39
0074103g	GILVANIA MOREIRA DE ANDRADE	174.40	54

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de janeiro de 2025.

JERÔNIMO RODRIGUES
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, à vista da orientação da Procuradoria Geral do Estado e demais elementos constantes no Processo SEI nº 006.17951.2024.0064355-05,

RESOLVE

reti-ratificar o Decreto publicado no Diário Oficial do Estado de 21.01.2025, que promoveu, ao posto de Capitão do QOPM, o 1º Tenente PM THIAGO VENAS CARLOS, matrícula nº 30.482.173, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública, retroagindo os efeitos financeiros a 05.09.2024, em cumprimento à decisão, transitada em julgado, proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0504914-96.2017.8.05.0080, que tramitou na 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Salvador.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de janeiro de 2025.

JERÔNIMO RODRIGUES
Governador

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, e à vista dos demais elementos constantes do Processo SEI nº 030.0149.2024.0241850-64,

RESOLVE

conceder ao Major QOPM SILVANO AQUINO DOS SANTOS, matrícula nº 30.337.392, a contar de 19 de novembro de 2024, a Medalha General Dionísio Cerqueira - Dedicção ao Estudo, com uma rosa heráldica, por ter sido classificado em 1º lugar no Curso de Comando e Estado Maior - CCEM/2024, realizado na Academia de Polícia Militar do Estado da Bahia, com base no inciso I e parágrafo único do art. 2º, e nos arts. 3º e 4º, todos do Decreto nº 26.730, de 04 de maio de 1979.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de janeiro de 2025.

JERÔNIMO RODRIGUES
Governador



O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

promover, pelo critério de antiguidade, ao posto de 1º Tenente do QETAPM, com efeito retroativo a 29.06.2023, o **Aspirante-a-Oficial PM ALBERICO SANTOS TELES**, matrícula nº 30.248.238, à vista da orientação da Procuradoria Geral do Estado e demais elementos constantes do Processo SEI nº 030.14537.2023.0188300-41, com fundamento nos arts. 126, inciso I, §1º, e 137, “caput”, da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001.

manter à disposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta dos Processos SEI nºs 019.19114.2024.0197789-21, 019.19114.20240198207-14 e 019.19114.2024.0197935-63 os servidores **RENATA ALEXANDRINA MENDONÇA MINEIRO PEREIRA BRAGA**, matrícula nº 19.533.382, **JOÃO PAULO DE SOUZA**, matrícula nº 19.274.414 e **GEORGE DEPRÀ FERRARI**, matrícula nº 19.530.871, lotados na Secretaria da Saúde, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2024.0009724-25, o servidor **DEIBSON DE SOUZA CAVALCANTI**, matrícula nº 71.421.569, lotado na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, vinculada à Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2023.0000553-24, o empregado **MARCELO DE FIGUEIREDO ANDRADE**, matrícula nº 8.681, lotado na Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. - EMBASA, vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Prefeitura Municipal de Ibicaraí, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 011.5507.2025.0001141-36, a servidora **MIRIAM FIGUEREDO ANDRADE**, matrícula nº 11.452.861, lotada na Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Casa Civil da Presidência da República, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.7313.2024.0009113-99, a servidora **ADRIELLE DE MATOS BORGES TEIXEIRA**, matrícula nº 74.535.903, lotada na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, vinculada à Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, até 31 de dezembro de 2026, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2024.0009026-48, a servidora **MARIA VALDA PEREIRA DA SILVA**, matrícula nº 74.000.661, lotada na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, vinculada à Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.7313.2024.0010202-51, o servidor **CARLOS RENATO OLIVEIRA MENDES**, matrícula nº 92.018.026, lotado na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, vinculada à Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2024.0008788-36, o servidor **MARCOS BACELLAR SOUZA**, matrícula nº 74.566.024, lotado na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, vinculada à Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025 na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.7313.2024.0009233-03, a servidora **JUMARA NOVAES SOTTO MAIOR**, matrícula nº 74.002.525, lotada na Universidade do Estado da Bahia - UNEB, vinculada à Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.7313.2024.0004339-85, a empregada **IZANA MASCARENHAS MATOS**, matrícula nº 65.002.580, lotada na Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB, vinculada à Secretaria da Administração, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição do Governo do Estado do Ceará, até 05 de outubro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 019.19114.2024.0196743-94, a servidora **FERNANDA FRANÇA CABRAL**, matrícula nº 19.525.009, lotada na Secretaria da Saúde, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição do Ministério Público do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.7313.2025.0000334-73, a servidora **CRISTIANE SANDES TOSTA**, matrícula nº 45.366.092, lotada no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2024.0009714-53, o servidor **JULIO CESAR CARDOSO DE SOUZA**, matrícula nº 61.000.628, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Rural, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2026, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2024.0009718-87 e 001.10302.2024.0003107-16, a servidora **SANDRA CONCEIÇÃO CAVALCANTE FERNADEZ**, matrícula nº 11.255.649, lotada na Secretaria de Cultura, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2024.0009717-04, o servidor **DURVAL DA CONCEIÇÃO**, matrícula nº 14.191.149, lotado na Secretaria de Comunicação Social, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

considerar colocado à disposição da Prefeitura Municipal de Varzedo, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2026, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 012.9541.2024.0112945-59, o servidor **ARIECILIO BAHIA DA SILVA**, matrícula nº 20.418.106, lotado na Polícia Civil da Bahia, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição da Prefeitura Municipal de Camaçari, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2025.0000435-14, o **Cap. PM JEFERSON SANTOS DA HORA**, matrícula nº 30.413.798, lotado na Polícia Militar da Bahia vinculada à Secretaria da Segurança Pública, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

manter à disposição do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, até 31 de janeiro de 2026, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.7313.2025.0000210-33, o servidor **DIEGO RIBEIRO DE SOUZA**, matrícula nº 30.535.695, do Quadro da Polícia Militar do Estado da Bahia, vinculada à Secretaria da Segurança Pública, e em conformidade com as disposições contidas nos incisos XII do art. 23, III do art.131 e IV do art. 177 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, permanecendo, em consequência, agregado.

manter à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para exercer suas funções junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública, pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a partir de 27 de abril de 2025, à vista do que consta do Processo SEI nº 020.2301.2024.0003446-38, o **SD PM RODRIGO RENÉ VILAS BOAS NOIA COSTA**, matrícula nº 30.587.108, do Quadro da Polícia Militar da Bahia, da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

manter à disposição da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, até 31 de dezembro de 2026, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2024.0009722-63, servidor **EMANUEL DE OLIVEIRA CONDURU**, matrícula nº 20.173.176, do Quadro da Polícia Civil da Bahia, vinculada à Secretaria da Segurança Pública, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

considerar colocada à disposição da Prefeitura Municipal de Ilhéus, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2025, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 073.5731.2025.0000430-85, a servidora **EVANI CALVACANTE DE SOUZA ROCHA**, matrícula nº 73.552.703, lotada na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, vinculada à Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

considerar colocada à disposição da Prefeitura Municipal de Ilhéus, com efeito a partir de 01 de janeiro de 2025, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 073.5731.2025.0000428-61, a servidora **SAYONARA SILVA SANTANA MACHADO**, matrícula nº 73.554.026, lotada na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, vinculada à Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

colocar à disposição do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, até 30 de junho de 2025, na forma da Legislação Eleitoral em vigor, à vista do que consta do Processo SEI nº 001.10302.2024.0010021-95, o servidor **ADÉLCIO DA SILVA SANTOS**, matrícula nº 19.248.584, lotado na Secretaria Saúde.

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Cachoeira, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 011.5507.2025.0001528-10, o servidor **FABIO SANTOS MACEDO**, matrícula nº 11.510.055, lotado na Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

considerar colocada à disposição da Prefeitura Municipal de Boninal, com efeito a partir de 15 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2026, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 019.5120.2024.0191274-79, a servidora **CIBELE XAVIER SANTOS**, matrícula nº 19.546.065, lotada na Secretaria da Saúde, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim, até 31 de dezembro de 2025, na forma do art. 44 da Constituição Estadual, à vista do que consta do Processo SEI nº 011.7643.2025.0002478-11, a servidora **ELIENE LUCIA MACEDO SOBREIRA DA SILVA**, matrícula nº 11.241.102, lotada na Secretaria da Educação, sem ônus para o órgão cedente, nos termos do § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.862, de 13 de janeiro de 1993, alterado pelo Decreto nº 14.832, de 21 de novembro de 2013.

nomear **LEIDIANE CRISTINA CARVALHO PEREIRA** para o cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4, da Diretoria Geral, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

exonerar **ADRIANA DE SOUZA VIEIRA** do cargo de Coordenador de Controle Orçamentário e Financeiro, símbolo DAI-4, da Diretoria Geral, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

nomear **ADRIANA DE SOUZA VIEIRA** para o cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, da Diretoria Geral, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

nomear **JULIANA ANDRADE DE SOUZA** para o cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Coordenação de Fomento ao Desenvolvimento Territorial e Agroindustrial, da Diretoria de Interiorização do Desenvolvimento e Fomento à Indústria de Energias Renováveis, da Superintendência de Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

nomear **VANDERSON PIRES CARVALHO** para o cargo de Coordenador II, símbolo DAS-3, da Coordenação de Fomento ao Desenvolvimento Territorial e Agroindustrial, da Diretoria de Interiorização do Desenvolvimento e Fomento à Indústria de Energias Renováveis, da Superintendência de Atração de Investimentos e Fomento ao Desenvolvimento Econômico, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

nomear **SILVIO JOSÉ SANTANA SANTOS** para o cargo de Coordenador I, símbolo DAS-2C, da Diretoria de Análise, Monitoramento e Incentivo sobre Áreas Produtivas, da Superintendência de Gestão Patrimonial para o Desenvolvimento Produtivo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

exonerar **MARIANA RAMOS SILVA** do cargo de Inspetor da Rede Física, símbolo DAI-4, da Coordenação Executiva de Infraestrutura da Rede Física, da Secretaria da Educação.

exonerar **PALOMA ANDRADE DE SEIXAS PEREIRA** do cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4, do Gabinete da Secretária, da Secretaria da Educação.

nomear **MARIANA RAMOS SILVA** para o cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4, do Gabinete da Secretária, da Secretaria da Educação.

nomear **PALOMA ANDRADE DE SEIXAS PEREIRA** para o cargo de Inspetor da Rede Física, símbolo DAI-4, da Coordenação Executiva de Infraestrutura da Rede Física, da Secretaria da Educação.

exonerar **BRUNA SUZART LEITE** do cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4, do Núcleo Territorial de Educação - NTE 27, do Município de Eunápolis, da Secretaria da Educação.

nomear **AGDA ALVES PEREIRA** para o cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4, do Núcleo Territorial de Educação - NTE 01, do Município de Irecê, da Secretaria da Educação.

exonerar **KESSIA SANTIAGO LOPES** do cargo de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4, do Gabinete do Governador.

exonerar **MARCELO SILVA ARRUTI** do cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, do Gabinete do Secretário, da Secretaria do Meio Ambiente.

nomear **KESSIA SANTIAGO LOPES** para o cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, do Gabinete do Secretário, da Secretaria do Meio Ambiente.

exonerar **RAFAEL MENDES BRITO TEIXEIRA DE CASTRO** do cargo de Coordenador de Controle Interno I, símbolo DAS-2C, da Procuradoria Geral do Estado.

exonerar **ANA FALCÃO DE AZEVEDO SOUZA** do cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-2B, da Diretoria Geral, da Procuradoria Geral do Estado.

nomear **RAFAEL MENDES BRITO TEIXEIRA DE CASTRO** para o cargo de Diretor Geral, símbolo DAS-2B, da Diretoria Geral, da Procuradoria Geral do Estado.

exonerar **MÉRCIA DE JESUS PORTO BARATA** do cargo de Superintendente, símbolo DAS-2A, da Superintendência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

nomear **KADINE BARBARA FERREIRA SANTOS** para o cargo de Superintendente, símbolo DAS-2A, da Superintendência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

considerar exonerada, a pedido, com efeito a partir 01.01.2025, **ARIADNE GRADIN SAMPAIO** do cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, do Gabinete da Secretária, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

considerar exonerada, a pedido, com efeito a partir 01.01.2025, **DAVI STALLONE LIMA ARAÚJO** do cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-2C, do Gabinete da Secretária, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

nomear **ANDREZA DOS SANTOS SILVA** para cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, da Chefia de Gabinete, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais.

exonerar **FERNANDA BLANCO SOUZA** do cargo de Coordenador I, símbolo DAS-2C, da Coordenação de Articulação Social, da Secretaria de Relações Institucionais.

nomear **MATHEUS ROCHA RIBEIRO** para o cargo de Coordenador I, símbolo DAS-2C, da Coordenação de Articulação Social, da Secretaria de Relações Institucionais.

exonerar **KELLY CRISTINA FERREIRA DA COSTA** do cargo de Coordenador Geral, símbolo DAS-2A, da Coordenação de Articulação Social, da Secretaria de Relações Institucionais.

nomear **KELLY CRISTINA FERREIRA DA COSTA** para o cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-2B, do Gabinete do Secretário, da Secretaria de Relações Institucionais.

nomear **JOEL MEIRELES DUARTE** para o cargo de Coordenador Geral, símbolo DAS-2A, da Coordenação de Articulação Social, da Secretaria de Relações Institucionais.

considerar exonerada, a pedido, com efeito a partir de 02.01.2025, **JULIANA BARBOZA NUNES** do cargo de Diretor, símbolo DAS-2C, da Diretoria de Administração de Recursos Humanos, da Superintendência de Recursos Humanos da Saúde, da Secretaria da Saúde.

nomear **LUCAS CARVALHO DE SOUZA PACHECO** para o cargo de Diretor, símbolo DAS-2C, da Diretoria de Administração de Recursos Humanos, da Superintendência de Recursos Humanos da Saúde, da Secretaria da Saúde.

exonerar a **Major PM MAYANNE ÁUREA DA CRUZ ALELUIA**, matrícula nº 30.376.540, do cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, da Superintendência de Telecomunicações, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **RITA DE CÁSSIA ALMEIDA DOS SANTOS**, matrícula nº 20.354.246, do cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional, da Secretaria da Segurança Pública.

exonerar **LUCIENE SANTOS CRUZ**, Investigadora de Polícia Civil, Classe Especial, matrícula nº 20.345.895, do cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional, da Secretaria da Segurança Pública.

nomear a **Major PM MAYANNE ÁUREA DA CRUZ ALELUIA**, matrícula nº 30.376.540, para o cargo de Coordenador Técnico, símbolo DAS-2D, da Diretoria Geral, da Secretaria da Segurança Pública.

nomear **CAP PM RÊMULO VELOSO DOS SANTOS**, matrícula nº 30.390.634, para o cargo de Coordenador III, símbolo DAI-4, da Superintendência de Gestão Tecnológica e Organizacional, da Secretaria da Segurança Pública.

reverter ao serviço ativo da Polícia Militar da Bahia, o **Cabo PM FÁBIO SOUSA SILVA**, matrícula nº 30.427.853, com fundamento no art. 14 da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, alterada pela Lei nº 11.920, de 29 de junho de 2010.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 29 de janeiro de 2025.

JERÔNIMO RODRIGUES
Governador

**Retificação:**

No Decreto simples de nomeação para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, publicado no Diário Oficial do Estado de 23.01.2025:

ONDE SE LÊ:

...Benedito Rubens dos Reis Costa...

LEIA-SE:

...Benedito Rubem dos Reis Costa...

DESPACHOS

DESPACHOS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO**Em 29/01/2025**

Processo SEI nº 074.7125.2024.0091445-36
Origem: Universidade do Estado da Bahia - UNEB/SEC
Interessado: Elias Cunha Bitencourt
Despacho: Autorizo, consoante despacho supra do Sr. Secretário da Casa Civil.

Processo SEI nº 074.6934.2024.0089612-37
Origem: Universidade do Estado da Bahia - UNEB/SEC
Interessado: Laio Magno Santos de Sousa
Despacho: Autorizo, consoante despacho supra do Sr. Secretário da Casa Civil.

Processo SEI nº 017.10719.2025.0000196-96
Órgãos: Tribunal de Justiça, Secretaria da Administração, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura, Secretaria da Educação, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria da Saúde, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Encargos Gerais do Estado.
Despacho: Autorizo. Para efeito do que dispõe o art. 62, inciso III, da Lei nº 2.322/66, com a redação da Lei nº 2.588/68, considero de interesse público a despesa decorrente da suplementação solicitada neste processo.

CASA CIVIL

Portaria Nº 00898666 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) CASA CIVIL - CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, **resolve** designar **MANUELA OLIVEIRA GONCALVES**, matrícula nº 92007067, para, em razão de Férias no período de 10 de Fevereiro de 2025 a 01 de Março de 2025, substituir **ELIANA GALVAO BANDEIRA**, matrícula nº 14278529, no cargo Coordenador II, do(a) COOR INFORMACAO LEGISL E DOCUM.

AFONSO BANDEIRA FLORENCE
CASA CIVIL

Portaria Nº 00889260 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) CASA CIVIL - CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, **resolve** designar **JORGE LUIS SANTOS DA LUZ**, matrícula nº 92085571, para, em razão de Férias no período de 01 de Fevereiro de 2025 a 02 de Março de 2025, substituir **OSNY BOMFIM SANTOS**, matrícula nº 92086092, no cargo Coordenador I, do(a) SUP DE PROTECAO E DEFESA CIVIL.

AFONSO BANDEIRA FLORENCE
CASA CIVIL

Portaria Nº 00897778 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) CASA CIVIL - CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, **resolve** nomear o(s) listado(s) abaixo para o cargo em comissão:

Nome	Cargo	Símbolo	Lotação	Data início
CRISTIANA LIMA SANTOS	Assistente IV	DAI-5	SERV DE ADM DE PALACIOS	24 de Janeiro de 2025

AFONSO BANDEIRA FLORENCE
CASA CIVIL

Portaria Nº 00898996 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) CASA CIVIL - CASA CIVIL, no uso de suas atribuições, **resolve** designar **ANTONIO CARLOS COSTA NERY**, matrícula nº 14495419, para, em razão de Férias no período de 03 de Fevereiro de 2025 a 22 de Fevereiro de 2025, substituir **FREDSON MOREIRA DE SOUSA**, matrícula nº 92028860, no cargo Coordenador II, do(a) COOR.DE TRANSPORTES.

AFONSO BANDEIRA FLORENCE
CASA CIVIL

Empresa Gráfica da Bahia – EGBA

TERMO DE CESSÃO DE PESSOAL E REEMBOLSO DE DESPESAS

PROCESSO SEI Nº 071.3656.2024.0046806-98. CEDENTE: Empresa Gráfica da Bahia - EGBA. **CESSIONÁRIA:** Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. **OBJETO:** Reembolso de despesas e cessão da empregada Zenilda de Oliveira Novais Santana, Assistente Nível III, Classe 07, Matrícula nº 52.000152-6. **VIGÊNCIA:** 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 01 de janeiro de 2025. **DATA DA ASSINATURA:** 24/01/2025.



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Garante autenticidade e segurança nas transações eletrônicas.



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO

Sede Egba
71 3343-2886
www.egba.ba.gov.br





EGBA

SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão offset - rotativa e plana.
Impressão digital e com dados variáveis.



EGBA: 71 3343-2837/2838
www.egba.ba.gov.br





EGBA

DOOL

EGBA: 71 3343-2887 • dool.egba.ba.gov.br



SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Portaria Nº 00896918 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERIN, no uso das suas atribuições, **resolve** exonerar, a pedido, com base no(a) art. 44, I, e art. 47, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Matrícula	Nome	Cargo	Símbolo	Unidade	Data Início
92078795	CINTIA MACHADO DA SILVEIRA	Secretário Administrativo I	DAI-5	COORD ADMINISTRATIVA	Data da Publicação

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Portaria Nº 00896917 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERIN, no uso das suas atribuições, **resolve** exonerar, a pedido, com base no(a) art. 44, I, e art. 47, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Matrícula	Nome	Cargo	Símbolo	Unidade	Data Início
92046614	JOSUE DOS SANTOS POSSIDONIO	Secretário Administrativo I	DAI-5	CHEFIA DE GABINETE	Data da Publicação

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Portaria Nº 00896920 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SERIN, no uso das suas atribuições, **resolve** exonerar, a pedido, com base no(a) art. 44, I, e art. 47, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Matrícula	Nome	Cargo	Símbolo	Unidade	Data Início
92128712	KERVEN AYRES DE OLIVEIRA	Secretário Administrativo I	DAI-5	DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	Data da Publicação

ADOLPHO HENRIQUE ALMEIDA LOYOLA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portaria Nº 00897519 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Procurador Geral do Estado do(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 50 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** remover, o(s) servidor(es) abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo	Unidade Origem	Unidade Destino	Data Início	Número do Proc. SEI
06424718	ALINE AZEVEDO NUNES	Procurador do estado	REP JUNTO A ORG E TRIB SUPERIOR	NÚCLEO DE PATRIM PUBL E MEIO AMBIENTE	23.01.2025	

BARBARA CAMARDELLI LOI
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portaria Nº 00898932 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Procurador Geral do Estado do(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 107 a art.110, da Lei 6.677, de 26 de setembro de 1994, e/ou art.3º ao 7º da Lei nº 13.471, de 30 de dezembro de 2015, **resolve** conceder o direito à Licença-Prêmio ao(s) servidor(es) integrante(s) do Quadro de Pessoal deste órgão, abaixo relacionado(s):

Matrícula	Nome	Quinquênio	Data Início	Data Fim
06563218	ANA FALCAO DE AZEVEDO SOUZA	04.07.2017/03.07.2022	30.01.2025	13.02.2025

BARBARA CAMARDELLI LOI
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA GERAL

PORTARIA Nº 007 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

A Diretora Geral, no uso de suas atribuições e à vista do constante no PA nº **009.0216.2025.0001356-01**, RESOLVE deferir o pedido de adicional por tempo de serviço do servidor **PAULO FRANÇA DE OLIVEIRA** no percentual de **40%** a partir de **05/03/2024**, com fulcro nos artigos 84 e 85 da Lei nº 6.677/94.

Adriana Gusmão Cunha Vilas Boas
Diretora Geral

PORTARIA Nº 008 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

A Diretora Geral, no uso de suas atribuições e à vista do constante no PA nº **009.0243.2024.0056497-91**, RESOLVE deferir o pedido de adicional por tempo de serviço da servidora **Lilian Rizzo Magalhães** no percentual de **43% (quarenta e três por cento)** a partir de **16/10/2024**, com fulcro nos artigos 84 e 85 da Lei nº 6.677/94.

Adriana Gusmão Cunha Vilas Boas
Diretora Geral

PORTARIA Nº 009 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

A Diretora Geral, no uso de suas atribuições e à vista do constante no PA nº **009.0173.2025.0000797-02**, RESOLVE deferir o pedido de adicional por tempo de serviço do servidor **JOSÉ FERREIRA DA SILVA** no percentual de **33%** a partir de **12/05/2024**, com fulcro nos artigos 84 e 85 da Lei nº 6.677/94.

Adriana Gusmão Cunha Vilas Boas
Diretora Geral

PORTARIA Nº 010 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

A Diretora Geral, no uso de suas atribuições e à vista do constante no PA nº **009.0173.2025.0001128-40**, RESOLVE deferir o pedido de adicional por tempo de serviço do servidor **JOSÉ CARLOS DOS PASSOS** no percentual de **34%** a partir de **28/09/2024**, com fulcro nos artigos 84 e 85 da Lei nº 6.677/94.

Adriana Gusmão Cunha Vilas Boas
Diretora Geral

Portaria Nº 00899063 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Diretor Geral do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 107 a art.110, da Lei 6.677, de 26 de setembro de 1994, e/ou art.3º ao 7º da Lei nº 13.471, de 30 de dezembro de 2015, **resolve** conceder o direito à Licença-Prêmio ao(s) servidor(es) integrante(s) do Quadro de Pessoal deste órgão, abaixo relacionado(s):

Matrícula	Nome	Quinquênio	Data Início	Data Fim
09381827	HENRIQUE JUCUNDINO GALRAO NETO	22.03.2015/21.03.2020	03.02.2025	04.03.2025

ADRIANA GUSMAO CUNHA VILAS BOAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00899077 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Diretor Geral do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 201, §9º, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 119, VI, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SAEB, o tempo de serviço prestado sob Regime Geral da Previdência.

Matrícula	Nome	Cargo	Empregador	Data Início	Data Fim	Total de Dias
09379958	LUIS MARCELO OLIVEIRA VERSULOTTI	Esp política públic gestão governamental	PRICEWATERHOUSE-COOPERS INDENPE	29.06.1987	02.06.1990	1070

Finalidade:
PARA FINS DE APOSENTADORIA

ADRIANA GUSMAO CUNHA VILAS BOAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00899085 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Diretor Geral do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 201, §9º, da Constituição Federal de



1988, c/c art. 119, VI, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SAEB, o tempo de serviço prestado sob Regime Geral da Previdência.

Matrícula	Nome	Cargo	Empregador	Data Início	Data Fim	Total de Dias
09379958	LUIS MARCELO OLIVEIRA VERSULOTTI	Esp política pública gestão governamental	MASSA FALIDA - ENCOL S/A ENGEN	20.12.1993	31.12.1996	1108

Finalidade:
PARA FINS DE APOSENTADORIA

ADRIANA GUSMAO CUNHA VILAS BOAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00899081 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Diretor Geral do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 201, §9º, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 119, VI, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SAEB, o tempo de serviço prestado sob Regime Geral da Previdência.

Matrícula	Nome	Cargo	Empregador	Data Início	Data Fim	Total de Dias
09379958	LUIS MARCELO OLIVEIRA VERSULOTTI	Esp política pública gestão governamental	CASA CORCOVADO LTDA	21.06.1993	08.11.1993	141

Finalidade:
PARA FINS DE APOSENTADORIA

ADRIANA GUSMAO CUNHA VILAS BOAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00899091 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Diretor Geral do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 201, §9º, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 119, VI, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SAEB, o tempo de serviço prestado sob Regime Geral da Previdência.

Matrícula	Nome	Cargo	Empregador	Data Início	Data Fim	Total de Dias
09379958	LUIS MARCELO OLIVEIRA VERSULOTTI	Esp política pública gestão governamental	VERTEX TECNOLOGIA LTDA	01.09.2000	02.03.2001	183

Finalidade:
PARA FINS DE APOSENTADORIA

ADRIANA GUSMAO CUNHA VILAS BOAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00899089 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Diretor Geral do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 201, §9º, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 119, VI, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SAEB, o tempo de serviço prestado sob Regime Geral da Previdência.

Matrícula	Nome	Cargo	Empregador	Data Início	Data Fim	Total de Dias
09379958	LUIS MARCELO OLIVEIRA VERSULOTTI	Esp política pública gestão governamental	COOPERCAR - COOP DOS VENDE. AU	01.11.1999	30.08.2000	304

Finalidade:
PARA FINS DE APOSENTADORIA

ADRIANA GUSMAO CUNHA VILAS BOAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00899094 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) Diretor Geral do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 201, §9º, da Constituição Federal de 1988, c/c art. 119, VI, da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SAEB, o tempo de serviço prestado sob Regime Geral da Previdência.

Matrícula	Nome	Cargo	Empregador	Data Início	Data Fim	Total de Dias
09379958	LUIS MARCELO OLIVEIRA VERSULOTTI	Esp política pública gestão governamental	DISAL ADMINIST. DE CONSOR LTDA	05.03.2001	01.02.2002	334

Finalidade:
PARA FINS DE APOSENTADORIA

ADRIANA GUSMAO CUNHA VILAS BOAS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO. EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 001/2025

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições, em conformidade com o processo SEI nº 009.0178.2025.0003583-49 e com vistas ao atendimento de necessidade de serviço temporário e excepcional, torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, observado o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, na forma prevista nos arts. 252 a 255 da Lei estadual nº 6.677 de 26 de setembro de 1994, alterado pela Lei Estadual nº 14.182 de 12 de dezembro de 2019, pelo Decreto estadual nº 11.571 de 03 de junho de 2009, pela Lei estadual nº 12.209 de 20 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.805 de 30 de dezembro de 2014, alterado pelo Decreto estadual nº 16.290 de 24 de agosto de 2015, pelo Decreto estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, Decreto nº 17.946 de 20 de Setembro de 2017, pelo Decreto estadual nº 20.123, de 25 de novembro de 2020, acordo com a Instrução Normativa nº 009 de 09 de maio de 2008 e a Instrução Normativa nº 014 de 28 de dezembro de 2012, consoante às normas contidas neste Edital.

1.DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Processo Seletivo Simplificado será coordenado, supervisionado e realizado pela Comissão, conforme Portaria nº 031, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia de 28 de janeiro de 2025, obedecida às normas deste Edital.
- 1.2 O Processo Seletivo Simplificado será constituído de uma única etapa, Avaliação Curricular, de caráter eliminatório e classificatório, para as funções temporárias conforme constante no **item 2.1 do Capítulo 2** deste Edital.
- 1.3 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de **01 (um)** ano, a contar da data da publicação da sua Homologação, podendo, antes de esgotado esse prazo, ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração, por ato expresso do Secretário da Secretaria da Administração do Estado da Bahia.
- 1.4 O Processo Seletivo Simplificado visa à contratação para os municípios de Salvador, Brumado, Guanambi, Irecê, Paulo Afonso e Valença, pelo prazo determinado de **até 36 (trinta e seis) meses**, com possibilidade de renovação por igual período, uma única vez.
- 1.5 Não poderão ser contratados candidatos que já tiveram **72 (setenta e dois)** meses de Contrato em REDA com o Poder Executivo do Estado da Bahia, salvo as exceções previstas no Art. 82 do Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014, alterado pelo Decreto estadual nº 20.123, de 25 de novembro de 2020 e na forma prevista nos Arts. 252 a 255 da Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, alterado pela Lei Estadual nº 14.182, de 12 de dezembro de 2019.
- 1.6 Conforme disposto na Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014 e pelo Decreto estadual nº 15.669, de 19 de novembro de 2014, serão reservados aos negros (preto/pardo) **30%** (trinta por cento) das vagas oferecidas.
- 1.7 Será respeitado o percentual de **5%** (cinco por cento) previsto na Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a reserva de vagas para candidatos com deficiência.
- 1.8 O Cronograma Provisório do Processo Seletivo Simplificado encontra-se no **Anexo I** deste Edital.
- 1.9 Todos os horários definidos neste Edital, em seus anexos e em comunicados oficiais têm como referência o horário oficial de Brasília/DF.

2.DAS VAGAS

2.1 O Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital oferece um total de **173 (cento e setenta e três)** vagas que serão distribuídas por órgão, função temporária/área de atuação e localidade, conforme a seguir:

Quadro 01 – Função Temporária

Quadro de vagas							
CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	Órgão	Função Temporária	TERRITÓRIO/CIDADE DE REFERÊNCIA (LOCAL DE TRABALHO)	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD*	VAGAS NEGROS**	TOTAL DE VAGAS***
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Administração	SALVADOR - SAEB	29	2	14	45

20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Administração	POSTO SAC - BRUMADO	1	0	0	1
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Administração	POSTO SAC - GUANAMBI	1	0	0	1
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Administração	POSTO SAC - IRECÊ	1	0	0	1
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Administração	POSTO SAC - PAULO AFONSO	1	0	0	1
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Administração	POSTO SAC - VALENÇA	1	0	0	1
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Direito	SALVADOR - SAEB	32	2	14	48
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Tecnologia da Informação	SALVADOR - SAEB	7	1	3	11
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Contabilidade ou Economia	SALVADOR - SAEB	17	1	8	26
20009018	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Psicólogo	SALVADOR - SAEB	4	0	2	6
20011753	Secretaria da Administração do Estado da Bahia / SAEB	Qualquer área de Formação	SALVADOR - SAEB	20	2	10	32
TOTAL							173

(*) Reserva de vagas específicas para pessoas com deficiência em atendimento a Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, a Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014 e ao Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

(**) Reserva de vagas para população negra em atendimento a Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014 e ao Decreto estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014.

(***) Total de vagas incluindo as reservadas para candidatos com deficiência e a reserva de vagas para negros.

3. ESPECIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES TEMPORÁRIAS:

3.1. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR TEMPORÁRIO: ADMINISTRAÇÃO

REQUISITOS: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Administração em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

ATRIBUIÇÕES: Gerenciar e acompanhar processos administrativos internos, incluindo elaboração de ofícios, memorandos e relatórios gerenciais; monitorar contratos e convênios administrativos; apoiar na gestão de recursos logísticos, patrimoniais e financeiros; organizar eventos e reuniões institucionais; realizar análises técnicas para melhoria de rotinas administrativas e propor soluções para otimização de processos, realizar atendimento presencial e ou tele atendimento ao público interno e externo e ter disponibilidade para viagens, conforme a necessidade institucional.

REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.583,65 (um mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), acrescido de Gratificação da função temporária equivalente a R\$ 1.789,56 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), perfazendo um total de R\$ 3.373,21 (três mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e um centavos), quando submetido a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

CARGA HORÁRIA: jornada de trabalho de 40h semanais.

3.2. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR TEMPORÁRIO: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

REQUISITOS: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Tecnologia da Informação ou Ciência da Computação ou Análise e Desenvolvimento de Sistema, Informática ou Engenharia da Computação ou Sistemas de Informação em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

ATRIBUIÇÕES: Prestar suporte técnico aos usuários no uso de sistemas e equipamentos de TI; diagnosticar e solucionar problemas relacionados a hardware e software; realizar manutenção preventiva e corretiva de infraestrutura tecnológica; monitorar a performance de sistemas e redes; elaborar documentação técnica e manuais de usuário; propor melhorias nos serviços de suporte e infraestrutura tecnológica.

REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.583,65 (um mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), acrescido de Gratificação da função temporária equivalente a R\$ 1.789,56 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), perfazendo um total de R\$ 3.373,21 (três mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e um centavos), quando submetido a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

CARGA HORÁRIA: jornada de trabalho de 40h semanais.

3.3. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR TEMPORÁRIO : DIREITO

REQUISITOS: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior de Bacharel em Direito em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

ATRIBUIÇÕES: Realizar análise e emissão de pareceres jurídicos relacionados à área administrativa e contratos públicos; acompanhar e organizar processos administrativos e judiciais; elaborar notificações, respostas e manifestações às demandas de órgãos de controle e demais entes públicos; dar suporte jurídico na execução de contratos administrativos; monitorar prazos legais e procedimentos normativos; apoiar comissões de sindicância e processos disciplinares; atender ao público interno e externo no âmbito jurídico-administrativo.

REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.583,65 (um mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), acrescido de Gratificação da função temporária equivalente a R\$ 1.789,56 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), perfazendo um total de R\$ 3.373,21 (três mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e um centavos), quando submetido a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

CARGA HORÁRIA: jornada de trabalho de 40h semanais.

3.4. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR TEMPORÁRIO: CONTABILIDADE OU ECONOMIA

REQUISITOS: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior de Bacharel em Contabilidade ou Economia em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

ATRIBUIÇÕES: Realizar análise e emissão de relatórios e pareceres contábeis e financeiros relacionados à administração pública; elaborar demonstrações financeiras, balanços e outros documentos contábeis necessários à gestão pública; monitorar a execução orçamentária e financeira, assegurando o cumprimento das normas legais e regulamentares; dar suporte técnico na elaboração de planos orçamentários e na gestão de recursos públicos; auxiliar na preparação e análise de prestações de contas junto a órgãos de controle interno e externo; monitorar prazos e obrigações legais, incluindo a regularidade fiscal e tributária; apoiar a elaboração e execução de contratos administrativos na área financeira; atender ao público interno e externo para demandas relacionadas à contabilidade pública ou economia administrativa.

REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.583,65 (um mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), acrescido de Gratificação da função temporária equivalente a R\$ 1.789,56 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), perfazendo um total de R\$ 3.373,21 (três mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e um centavos), quando submetido a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

CARGA HORÁRIA: jornada de trabalho de 40h semanais.

3.5. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR TEMPORÁRIO: PSICOLOGIA

REQUISITOS: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior de Bacharel em Psicologia em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, além de registro ativo no Conselho Regional de Psicologia (CRP).

ATRIBUIÇÕES: Realizar avaliação psicológica e intervenção em contextos organizacionais e institucionais, prestando suporte técnico em demandas psicossociais; elaborar e implementar programas voltados à promoção da saúde mental e qualidade de vida no ambiente de trabalho; desenvolver ações preventivas e educativas relacionadas a questões emocionais e comportamentais; realizar atendimento individual e em grupo para servidores e colaboradores, quando necessário; emitir pareceres técnicos relacionados à área de atuação; acompanhar e organizar processos administrativos ligados à saúde mental no trabalho; promover o desenvolvimento humano, fomentando estratégias de resolução de conflitos e melhoria no clima organizacional. Auxiliar a identificação e análise de funções, tarefas e operações típicas das ocupações, organizando e aplicando testes e provas, realizando entrevistas, sondagem de aptidões e de capacidade profissional e no acompanhamento e avaliação de desempenho de pessoal, desenvolver outras atividades correlatas.

REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.346,16 (um mil, trezentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos), acrescido de Gratificação da função temporária equivalente a R\$ 2.177,79 (dois mil, cento e setenta e sete reais e setenta e nove centavos), perfazendo um total de R\$ 3.523,95 (três mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos), quando submetido a jornada de trabalho de 30 horas semanais.

CARGA HORÁRIA: jornada de trabalho de 30h semanais.

3.6. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR TEMPORÁRIO: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

REQUISITOS: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em qualquer área de formação, obtido em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

ATRIBUIÇÕES: Realizar atividades técnicas e administrativas compatíveis com o nível superior, elaborar relatórios, pareceres e documentos técnicos relacionados à área de atuação; acompanhar e monitorar projetos, contratos e atividades administrativas, assegurando o cumprimento de prazos e normas regulamentares; prestar suporte técnico e operacional às demandas específicas de órgãos públicos; organizar e executar processos administrativos, garantindo a conformidade com legislações vigentes; atender ao público interno e externo, fornecendo informações e apoio técnico; colaborar na execução de ações estratégicas e operacionais que demandem análise e execução em alto nível técnico.

REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.583,65 (um mil, quinhentos e oitenta e três reais e sessenta e cinco centavos), acrescido de Gratificação da função temporária equivalente a R\$ 1.789,56 (um mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos), perfazendo um total de R\$ 3.373,21 (três mil, trezentos e setenta e três reais e vinte e um centavos), quando submetido a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

CARGA HORÁRIA: jornada de trabalho de 40h semanais.

3.7 Avaliar: Os documentos comprobatórios deverão obrigatoriamente ser acompanhados dos certificados especificados nos requisitos de cada função.

3.8. Quando o exercício das atividades exigir o deslocamento do município inscrito para sua atuação, o servidor fará jus ao recebimento de diárias correspondentes ao período do afastamento.

3.9. Será oferecida, de forma facultativa, a assistência médica do Estado somente para o titular, mediante contribuição mensal, conforme a faixa de renda salarial.

3.10. Para as funções temporárias com carga horária mínima de 40 horas semanais, haverá o acréscimo, mensal de auxílio refeição no valor de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) na remuneração e para 30 horas o valor de R\$ 286,00 (duzentos e oitenta e seis reais).

3.11. Para todas as funções temporárias, haverá na remuneração o acréscimo de auxílio transporte.

4. DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO NAS FUNÇÕES TEMPORÁRIAS

4.1 São requisitos e condições para contratação nas funções temporárias:

- ser aprovado no Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste Edital;
- ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;
- possuir escolaridade ou formação profissional conforme prevista neste Edital;
- ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- estar em pleno gozo e exercício dos direitos políticos;
- ser eleitor e estar em dia com seus direitos políticos;
- estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as obrigações militares, exceto candidatos amparados pelo art 5º da Lei federal nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;
- estar em dia com os deveres do Serviço Militar para os candidatos do sexo masculino;
- ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função temporária;
- possuir idoneidade moral, comprovada pela inexistência de antecedentes criminais, atestados por certidões negativas expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;
- não ter perdido cargo eletivo o governador e o vice-governador do Estado e o prefeito e o vice-prefeito, por infringência ao dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;
- não ter contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;



m) não ter contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes:

- contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
- contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
- contra o meio ambiente e a saúde pública;
- eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
- de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública;
- de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- de redução à condição análoga a de escravo;
- contra a vida e a dignidade sexual; e
- praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

n) não ter contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

o) não ter sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

p) não ter sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

q) no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, que não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;

r) apresentar os documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos constantes no **Capítulo 3** deste Edital;

s) cumprir as determinações deste Edital.

t) não ter tido contrato REDA anterior com o Poder Executivo do Estado por período igual ou superior a **72 (setenta e dois)** meses, salvo as exceções previstas no Art. 82 do Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014 e alterações posteriores.

4.2 A não apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para a admissão das funções temporárias importará na perda do direito de contratação do candidato.

5. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

5.1 As pessoas negras (preto/pardo) que pretendam fazer uso da prerrogativa que lhes é facultada no Art. 49 da Lei Estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, é assegurado o direito da inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado nessa condição.

5.1.1 Os candidatos negros com deficiência poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas negras nos termos da Lei Estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014, e para as vagas reservadas à pessoa com deficiência, nos termos do Art. 8º, §2º, da Lei Estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

5.2 Do total de vagas que vierem a ser oferecidas durante o prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, **30% (trinta por cento)** serão reservadas aos candidatos negros, por órgão, função temporária/área de atuação e localidade, em cumprimento ao disposto no Art. 49 da Lei Estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, bem como às disposições do Decreto Estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014.

5.2.1 A reserva de vagas será disponibilizada sempre que o número de vagas oferecidas no Processo Seletivo for igual ou superior a 03 (três).

5.2.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração superior a **0,5 (cinco décimos)**, ou diminuído para o primeiro número inteiro antecedente, em caso de fração igual ou inferior a **0,5 (cinco décimos)**, conforme previsto no Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

5.2.3 Para as Áreas de Atuação em que não há vagas reservadas para candidatos negros em razão do quantitativo ofertado neste Edital, deverá ser assegurada a inscrição do candidato negro nessa condição, para hipótese de surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e que possibilitem a aplicação do disposto no **item 5.2 e do subitem 5.2.2** deste Capítulo.

5.3 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem negros (preto/pardo) no ato da inscrição do Processo Seletivo Simplificado, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo vedada qualquer solicitação por parte do candidato após a conclusão da inscrição.

5.3.1 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar, em campo específico, ser negro (preto/pardo) e indicar se deseja concorrer às vagas reservadas.

5.3.2 A autodeclaração é facultativa. Caso o candidato não opte pela reserva de vagas, concorrerá apenas às vagas destinadas à ampla concorrência.

5.3.2.1 A autodeclaração do candidato goza de presunção relativa de veracidade.

5.3.2.2 A autodeclaração terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado.

5.3.2.3 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão a função temporária, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.4 Os candidatos negros (preto/pardo) que optarem pela reserva de vagas de que trata este edital concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência de acordo com a sua classificação no concurso.

5.5 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal.

5.6 O candidato negro que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso administrativo em favor de sua condição.

5.7 No dia **17/02/2025** será publicada no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>) lista contendo a relação dos candidatos que optaram por concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros.

5.7.1 O candidato poderá interpor recurso no prazo de **02 (dois)** dias úteis após a publicação indicada no **item 5.7** ou, neste mesmo prazo, solicitar alteração de sua opção por concorrer às vagas destinadas aos candidatos negros.

5.7.2 No dia **20/02/2025**, será divulgado no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>) as respostas aos recursos interpostos.

5.8 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos negros.

5.9 O candidato negro concorrerá concomitantemente às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado.

5.10 O candidato negro, se classificado na forma deste Edital, terá seu nome constante da lista específica de candidatos negros, função temporária, além de figurar na lista de ampla concorrência, caso tenha obtido pontuação/classificação necessária para tanto.

5.11 O candidato negro aprovado dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros.

5.12 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

5.13 Os candidatos negros e com deficiência poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas as pessoas com deficiência, nos termos da Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014, e para as vagas reservadas à pessoa com deficiência, nos termos do art. 8º, §2º, da Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

5.13.1 Os candidatos aprovados para as vagas destinadas a negros e para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, convocados concomitantemente por mais de uma via para o provimento da função temporária, deverão manifestar opção por uma delas.

5.13.2 Na hipótese de que trata o subitem anterior, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão classificados dentro das vagas destinadas a negros.

5.13.3 Os candidatos aprovados para as vagas destinadas a negros, ou que optarem por estas na hipótese do **subitem 5.13.1**, farão jus aos mesmos direitos e benefícios assegurados aos candidatos com deficiência.

5.14 O candidato que porventura declarar indevidamente ser negro, quando do preenchimento do formulário de inscrição via Internet, deverá, após tomar conhecimento da situação da inscrição nessa condição, realizar nova inscrição no sentido de corrigir o erro material e inconsistência efetivada no ato da inscrição, uma vez que a nova inscrição sobrepõe à anterior.

5.15 A classificação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas aos candidatos com deficiência e aos candidatos negros.

5.16 As vagas reservadas a negros que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Processo Seletivo Simplificado ou por não enquadramento no programa de reserva de vagas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, na lista de ampla, com estrita observância à ordem geral de classificação.

5.17 O candidato inscrito como negro participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere aos conteúdos à avaliação curricular e aos critérios de aprovação.

6. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

6.1 As pessoas com deficiência é assegurado o percentual de **5% (cinco por cento)** das vagas existentes ou das que vierem a surgir no prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, para cada função temporária/área de atuação e localidade, desde que a função temporária pretendida seja compatível com a deficiência que possuem, conforme estabelece o Art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal; Lei Estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014; Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro 1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

6.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o **item 6.1** resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que a fração obtida deste cálculo seja superior a **0,5 (cinco décimos)**, conforme previsto no Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

6.2.1 Para as Áreas de Atuação em que não há vagas reservadas para candidatos com deficiência em razão do quantitativo ofertado neste Edital, deverá ser assegurada a inscrição do candidato com deficiência nessa condição, para hipótese de surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

6.3 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadrar na definição do artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto Federal nº 6.949, 25 de agosto de 2009) combinado com os Arts. 3º e 4º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ, do Decreto Federal nº 8.368, 02 de dezembro de 2014, da Lei Federal nº 13.146, 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

6.3.1 Não obsta a inscrição ou o exercício das atribuições pertinentes à função temporária a utilização de material tecnológico ou habitual.

6.4 As pessoas com deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação, é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em Processo Seletivo Simplificado, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições com a deficiência de que são portadoras.

6.5 O candidato que, no ato do preenchimento do Formulário de Inscrição, não indicar sua condição de pessoa com deficiência e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

6.6 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, particularmente em seu artigo 40, participarão do Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida para aprovação.

6.7 O candidato com deficiência, durante o preenchimento formulário de inscrição, além de observar os procedimentos descritos no item 6 deste Edital, deverá proceder da seguinte forma:

a) informar se possui deficiência;

b) selecionar o tipo de deficiência;

c) informar o código correspondente da Classificação Internacional de Doença e Problemas Relacionados à Saúde – CID da sua deficiência;

6.8 O candidato deverá encaminhar, durante o período de inscrições, do dia **10/02/2025** ao dia **14/02/2025**, a documentação relacionada abaixo, via SEDEX, dirigida à Comissão, situada na Secretaria da Administração do Estado da Bahia, endereço: **2ª Avenida do CAB, Plataforma III, nº 200 – Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA, 41745-003**, devendo dela constarem os documentos a seguir:

a) Cópia do comprovante de inscrição para identificação do candidato;

b) Laudo Médico expedido no prazo máximo de **12 (doze)** meses antes do início das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão.

6.9 O candidato que encaminhar Laudo Médico, de acordo com o especificado no item **6.8** e que não tenha indicado, no ato da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a candidatos com deficiência, será considerado automaticamente como candidato com deficiência que concorre às vagas reservadas.

6.10 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia não se responsabilizará pelo extravio ou atraso dos documentos encaminhados via SEDEX.

6.10.1 Em hipótese alguma serão recebidos e/ou conhecidos documentos fora do prazo, do horário estabelecido ou em desacordo com o disposto neste Edital.

6.11 No dia **17/02/2025**, será publicada no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>), a lista contendo a relação dos candidatos que concorrerão às vagas reservadas.

6.11.1 Considerar-se-á válido o laudo médico que estiver de acordo com a letra “b”, item **6.8** deste Capítulo.

6.11.2 O candidato cujo Laudo Médico seja considerado inválido ou tenha a solicitação indeferida poderá consultar por meio de link disponível no site no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>), os motivos do indeferimento e poderá interpor recurso no prazo de **02 (dois)** dias úteis após a publicação indicada no item **6.11**, vedada a juntada de documentos.

- 6.12 No ato da inscrição o candidato com deficiência deverá:
- 6.12.1 Declarar conhecer o Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e o Decreto Federal nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014.
- 6.12.2 Declarar estar ciente das atribuições da função temporária pretendida e que, no caso de vir a exercê-la, estará sujeito à avaliação durante a admissão.
- 6.13 As instruções para envio do laudo médico, conforme disposto no item 6.8 deste Capítulo, estarão disponíveis no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>).
- 6.13.1 É de inteira responsabilidade do candidato o envio correto de documentos.
- 6.13.2 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia, não se responsabilizará por falhas no envio dos documentos, tais como: documentos em branco ou incompleto, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 6.14 O candidato com deficiência deverá declarar, no ato da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a pessoa com deficiência.
- 6.14.1 O candidato com deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá encaminhar Laudo Médico, de acordo com o item 6.8 deste Capítulo.
- 6.15 O candidato cuja deficiência seja considerada incompatível com o exercício das atribuições da função temporária será excluído do Processo Seletivo Simplificado.
- 6.16 As vagas reservadas aos candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência, se não providas, pela inexistência de candidatos aprovados ou pela incompatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições da função temporária, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.
- 6.17 O candidato deficiente concorrerá concomitantemente às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação neste Processo Seletivo Simplificado.
- 6.17.1 O candidato deficiente poderá concorrer concomitantemente às vagas reservadas a candidatos negros, se atender a essa condição.
- 6.17.2 O candidato deficiente aprovado dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidatos deficientes.
- 6.18 A contratação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.
- 6.19 Após publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, o candidato aprovado como deficiente será convocado, de acordo com o número de vagas, por órgão, função temporária/área de atuação e localidade, conforme previsto no **Capítulo 2**, para comprovação da deficiência apontada no ato da inscrição e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições da função temporária.
- 6.20 Será excluído da lista de classificação o candidato cuja deficiência assinalada no Formulário de Inscrição não for constatada através do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional.
- 6.21 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.
- 6.22 O atestado médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado e não será devolvido.
- 6.23 Após a admissão do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a aposentadoria por invalidez.

7. DAS INSCRIÇÕES

- 7.1 A inscrição do candidato neste Processo Seletivo Simplificado implicará:
- a) o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento e, ainda, representa a ciência de que, caso aprovado e convocado, deverá entregar os documentos comprobatórios exigidos para contratação e submeter-se aos exames médicos para contratação;
- b) o aceite e a autorização do uso dos seus dados, para tratamento e processamentos inerentes a este certame, incluindo autorização das publicações do seu nome, número de inscrição, data de nascimento, resultados e notas obtidas no decorrer de todo o certame.
- 7.1.1 Objetivando evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de somente efetuar a inscrição após tomar conhecimento do disposto neste Edital, seus anexos, eventuais retificações e avisos complementares e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a vaga.
- 7.2 Do Nome Social (Travesti ou Transexual):**
- 7.2.1 Fica assegurada aos candidatos travestis e transexuais (pessoa que se identifica com um gênero diferente daquele que lhe foi designado ao nascer e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero) que ainda não procederam à alteração do prenome e gênero no registro civil, a inscrição e identificação neste Processo Seletivo Simplificado pelo nome social, além do nome civil, de acordo com o art. 69 do Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.
- 7.2.2 O candidato nessa situação deverá realizar sua inscrição utilizando seu nome social, ficando ciente de que tal nome será o único divulgado em toda e qualquer publicação relativa ao Processo Seletivo Simplificado.
- 7.3 Antes de realizar a inscrição o candidato deverá certificar-se que preenche todos os requisitos exigidos para participação no Processo Seletivo Simplificado estabelecido neste Edital. Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital;
- 7.4 É de inteira responsabilidade do candidato inscrito o acompanhamento da divulgação das informações referentes a este Processo Seletivo Simplificado.
- 7.5 O candidato, ao efetuar a inscrição, não poderá utilizar abreviaturas quanto ao nome, idade e endereço;
- 7.6 Para inscrever-se, via Internet, o candidato deverá acessar o site www.selecao.ba.gov.br durante o período das inscrições e, por meio dos links referentes a este Processo Seletivo Simplificado, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:
- a) ler atentamente este Edital, preencher o Formulário de Inscrição e transmitir **os dados pela Internet de forma completa e correta conforme o item 7.8 deste Capítulo, inclusive assinalar o Termo de Responsabilidade.**
- b) Ao inscrever-se, o candidato deverá informar no Formulário de Inscrição o **código** correspondente a função temporária/área de atuação e localidade para a qual pretende concorrer, conforme tabela constante no **item 2.1** do Capítulo 2 deste Edital
- c) A inscrição somente será processada e confirmada se o candidato preencher de forma completa e correta o Formulário de Inscrição e assinalar todos os campos eletrônicos.
- d) O candidato somente terá a sua inscrição efetivada se forem realizados todos os procedimentos previstos no **item 7.6** e respectivos subitens deste Capítulo.
- 7.6.1 É dever do candidato manter sob sua guarda o Aviso Eletrônico gerado ao término da sua inscrição.
- 7.7 As inscrições ficarão abertas, exclusivamente via Internet no site www.selecao.ba.gov.br, no período das 08:00h do dia 10/02/2025 às 23:59h do dia 14/02/2025 (horário de Brasília/DF), de acordo com o **item 7.6 (e subitens)** deste Capítulo.
- 7.8 O candidato inscrito não deverá enviar qualquer documento de identificação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato da inscrição, sob as penas da lei.
- 7.9 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia não se responsabilizará por solicitações de inscrição que deixarem de ser concretizadas por motivos externos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de

- comunicação, ausência de energia elétrica e outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 7.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará a sua não efetivação.
- 7.11 As inscrições poderão ser prorrogadas pela administração, por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.
- 7.11.1 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>)
- 7.12 O candidato inscrito assume total responsabilidade pelas informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do Formulário de Inscrição disponível via eletrônica.
- 7.13 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital.
- 7.14 O candidato que efetivar mais de uma inscrição no Processo Seletivo Simplificado, terá a(s) primeira(s) cancelada(s), sendo considerada validada a última inscrição.
- 7.15 A comprovação da data e horário da inscrição dar-se-á mediante aferição da data e horário dos dados gerados e gravados quando da conclusão da inscrição feita pelo candidato.
- 7.16 As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Comissão o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que não preencher esse documento eletrônico e oficial de forma completa, correta, sem erros de digitação e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.
- 7.17 Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de opção do órgão, da função temporária/área de atuação.
- 7.18 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 7.19 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

7.20 Da Função de Jurado:

- 7.21 O candidato que exerceu efetivamente a função de jurado no período entre a data de publicação da Lei Federal nº 11.689, de 09 de junho de 2008, e a data de publicação deste Edital, deverá prestar esta informação no ato de inscrição para utilização como um dos critérios de desempate, conforme **item 9.3, alínea “e” do Capítulo 9** deste Edital.
- 7.22 Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital.
- 7.23 Não serão aceitas as solicitações de inscrições que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.
- 7.24 Constatada a irregularidade, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, observado o contraditório e a ampla defesa.

8. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

- 8.1 O Processo Seletivo Simplificado será constituído de uma única etapa, Avaliação Curricular, de caráter eliminatório e classificatório.
- 8.1.1 A etapa de avaliação curricular visa avaliar a documentação apresentada, validando as informações declaradas no ato da inscrição no site www.selecao.ba.gov.br.
- 8.1.2 A não comprovação de qualquer um das informações prestadas pelo candidato no Formulário de Inscrição Obrigatório através da documentação enviada no período de 27/02 e 06/03 a 11/03/2025, implicará automaticamente na desclassificação no processo seletivo.
- 8.2 A Avaliação Curricular será realizada pelo SINEBAHIA e supervisionado pela Comissão conforme o **item 1.1 do capítulo 1** deste Edital no período de 11/03/2025 até 27/03/2025 através das informações prestadas por meio do Formulário de Inscrição Obrigatório, preenchidos através do site www.selecao.ba.gov.br e documentos apresentados conforme Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e disponibilizado no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>).
- 8.3 A Avaliação Curricular consiste na avaliação dos documentos comprobatórios da experiência profissional; curso de qualificação, atualização, capacitação ou aperfeiçoamento e cursos sequenciais, de extensão e pós-graduação, além de curso de informática, que devem ser submetidos para a Comissão de Análise do Processo Seletivo Simplificado afim de comprovar as informações declaradas no ato da inscrição.
- 8.4 No quesito referente à Experiência Profissional serão considerados critérios específicos que permitirão avaliar o candidato a partir das experiências relacionadas às atividades correlatas à área de formação.
- 8.4.1 Obrigatoriamente, a experiência a ser comprovada deverá ser considerada nos últimos **05 (cinco)** anos contados da publicação deste Edital.
- 8.4.2 A Experiência Profissional deverá ser comprovada conforme definido nos Quadros abaixo, podendo ser conferida posteriormente pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia, mediante documentos complementares, e, constatando tratar-se de declaração falsa ou com inexatidão de dados, poderá excluir o candidato do certame, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 8.5 Serão considerados como comprovantes válidos na Avaliação Curricular para aperfeiçoamento na área privativa à Função Temporária, cursos referentes à área de formação do candidato e correlatas as atribuições do cargo.
- 8.6 A pontuação relativa à experiência profissional e aos títulos se limitará ao valor máximo de acordo com os quadros de pontuação abaixo.
- 8.7 Serão considerados como comprovantes válidos na Avaliação Curricular para aperfeiçoamento na área privativa às Funções Temporárias, cursos referentes à área de formação do candidato.
- 8.7.1 Na avaliação do curso de informática serão considerados a realização de curso que contemple Sistema Operacional, Editor de Textos, Planilhas Eletrônicas, Apresentações, Internet, Banco de Dados e Ferramentas.
- 8.7.2 Somente serão avaliados os títulos de cursos de qualificação, atualização, capacitação ou aperfeiçoamento, que deverão obedecer às seguintes especificações e carga horária:
- a) curso de qualificação básica - aquele que objetiva preparar o aluno para o desempenho das funções básicas e de baixa complexidade de uma profissão, independentemente de conhecimentos técnicos já adquiridos anteriormente e experiências profissionais anteriores. Ocorre no nível da formação inicial e continuada de trabalhadores, independente da escolaridade. Possui carga horária de 08 até 20 horas;
- b) curso de atualização - aquele que objetiva atualizar habilidades teóricas e ou práticas em uma área do conhecimento. Estão incluídos nessa categoria os processos de qualificação destinados a indivíduos que necessitam de uma adequação devido a mudanças tecnológicas e organizacionais. Possui carga horária acima de 20 até 40 horas;
- c) curso de capacitação - tem por objetivo capacitar o aluno mediante a instrução de habilidades teóricas e ou práticas limitantes ao exercício das atividades profissionais. Possui carga horária acima de 40 até 80 horas;
- d) curso de aperfeiçoamento - objetiva aprofundar habilidades teóricas e ou práticas em uma área do conhecimento. Possui carga horária acima de 80 horas.

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – ADMINISTRAÇÃO

Quadro 1

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
Experiência profissional na área de Administração, nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital.	Pontuação	Comprovantes
a) Sem experiência	0	Carteira de Trabalho e Previdência Social.



b)	Acima de 03 (três) meses até 06 (seis) meses	1,5	Contrato de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço, ou outros instrumentos equivalentes.
c)	Acima de 06 (seis) meses até 01 (um) ano	2,0	
d)	Acima de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos	3,0	
e)	Acima de 04 (quatro) anos	4,5	

Quadro 2

CURSOS SEQUENCIAIS, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos Sequenciais, Extensão ou Pós-Graduação na área de Administração nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificado, Declaração ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado.
b)	Com carga horária de 08 horas até 40 horas	1,0	
c)	Com carga horária acima de 40 horas até 100 horas	1,5	
d)	Com carga horária acima de 100 horas	2,0	
e)	Pós graduação na área de Administração	3,5	

Quadro 3

CURSO DE INFORMÁTICA (Editor de texto, Planilha Eletrônica e Sistema Operacional)			
	Curso de informática realizado nos últimos 05 (cinco) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificados ou declarações de conclusão com até 05 anos de realização contados a partir da data de publicação do edital.
b)	Com carga horária de 04h até 20 horas.	0,5	
c)	Com carga horária acima de 20h até 40h.	1,5	
d)	Com carga horária acima de 40h.	2,0	

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – DIREITO

Quadro 1

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
	Experiência profissional na área de Direito, nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital.	Pontuação	Comprovantes
a)	Sem experiência	0	Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço, ou outros instrumentos equivalentes.
b)	Acima de 03 (três) meses até 06 (seis) meses	1,5	
c)	Acima de 06 (seis) meses até 01 (um) ano	2,0	
d)	Acima de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos	3,0	
e)	Acima de 04 (quatro) anos	4,5	

Quadro 2

CURSOS SEQUENCIAIS, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos Sequenciais, Extensão ou Pós-Graduação na área de Direito nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificado, Declaração ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado.
b)	Com carga horária de 08 horas até 40 horas	1,0	
c)	Com carga horária acima de 40 horas até 100 horas	1,5	
d)	Com carga horária acima de 100 horas	2,0	
e)	Pós graduação na área de Direito	3,5	

Quadro 3

CURSO DE INFORMÁTICA (Editor de texto, Planilha Eletrônica e Sistema Operacional)			
	Curso de informática realizado nos últimos 05 (cinco) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificados ou declarações de conclusão com até 05 anos de realização contados a partir da data de publicação do edital.
b)	Com carga horária de 04h até 20 horas.	0,5	
c)	Com carga horária acima de 20h até 40h.	1,5	
d)	Com carga horária acima de 40h.	2,0	

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Quadro 1

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
	Experiência profissional na área de Tecnologia da Informação, nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital.	Pontuação	Comprovantes
a)	Sem experiência	0	Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço, ou outros instrumentos equivalentes.
b)	Acima de 03 (três) meses até 06 (seis) meses	1,5	
c)	Acima de 06 (seis) meses até 01 (um) ano	2,0	
d)	Acima de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos	3,0	
e)	Acima de 04 (quatro) anos	4,5	

Quadro 2

CURSOS SEQUENCIAIS, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos Sequenciais, Extensão ou Pós-Graduação na área de Tecnologia da Informação nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificado, Declaração ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado.
b)	Com carga horária de 08 horas até 40 horas	1,0	
c)	Com carga horária acima de 40 horas até 100 horas	1,5	
d)	Com carga horária acima de 100 horas	2,0	
e)	Pós graduação na área da tecnologia da Informação	3,5	

Quadro 3

CURSO DE INFORMÁTICA (Editor de texto, Planilha Eletrônica e Sistema Operacional)			
	Curso de informática realizado nos últimos 05 (cinco) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificados ou declarações de conclusão com até 05 anos de realização contados a partir da data de publicação do edital.
b)	Com carga horária de 04h até 20 horas.	0,5	
c)	Com carga horária acima de 20h até 40h.	1,5	
d)	Com carga horária acima de 40h.	2,0	

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CONTABILIDADE OU ECONOMIA

Quadro 1

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
	Experiência profissional na área da Contabilidade ou Economia, nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital.	Pontuação	Comprovantes
a)	Sem experiência	0	Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço, ou outros instrumentos equivalentes.
b)	Acima de 03 (três) meses até 06 (seis) meses	1,5	
c)	Acima de 06 (seis) meses até 01 (um) ano	2,0	
d)	Acima de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos	3,0	
e)	Acima de 04 (quatro) anos	4,5	

Quadro 2

CURSOS SEQUENCIAIS, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos Sequenciais, Extensão ou Pós-Graduação na área de Contabilidade ou Economia nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificado, Declaração ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado.
b)	Com carga horária de 08 horas até 40 horas	1,0	
c)	Com carga horária acima de 40 horas até 100 horas	1,5	
d)	Com carga horária acima de 100 horas	2,0	
e)	Pós graduação na área de Contabilidade ou Economia	3,5	

Quadro 3

CURSO DE INFORMÁTICA (Editor de texto, Planilha Eletrônica e Sistema Operacional)			
	Curso de informática realizado nos últimos 05 (cinco) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificados ou declarações de conclusão com até 05 anos de realização contados a partir da data de publicação do edital.
b)	Com carga horária de 04h até 20 horas.	0,5	
c)	Com carga horária acima de 20h até 40h.	1,5	
d)	Com carga horária acima de 40h.	2,0	

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – PSICOLOGIA

Quadro 1

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
	Experiência profissional na área da Psicologia, nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital.	Pontuação	Comprovantes
a)	Sem experiência	0	Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço, ou outros instrumentos equivalentes.
b)	Acima de 03 (três) meses até 06 (seis) meses	1,5	
c)	Acima de 06 (seis) meses até 01 (um) ano	2,0	
d)	Acima de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos	3,0	
e)	Acima de 04 (quatro) anos	4,5	

Quadro 2

CURSOS SEQUENCIAIS, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO			
	Cursos Sequenciais, Extensão ou Pós-Graduação na área de Psicologia nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificado, Declaração ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado.
b)	Com carga horária de 08 horas até 40 horas	1,0	
c)	Com carga horária acima de 40 horas até 100 horas	1,5	
d)	Com carga horária acima de 100 horas	2,0	
e)	Pós graduação na área de Psicologia	3,5	

Quadro 3

CURSO DE INFORMÁTICA (Editor de texto, Planilha Eletrônica e Sistema Operacional)			
	Curso de informática realizado nos últimos 05 (cinco) anos contados da publicação deste Edital	Pontuação	Comprovantes
a)	Não possui	0	Certificados ou declarações de conclusão com até 05 anos de realização contados a partir da data de publicação do edital.
b)	Com carga horária de 04h até 20 horas.	0,5	
c)	Com carga horária acima de 20h até 40h.	1,5	
d)	Com carga horária acima de 40h.	2,0	

REQUISITOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

Quadro 1

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
	Experiência profissional em qualquer área de formação, nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital.	Pontuação	Comprovantes
a)	Sem experiência	0	Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço, ou outros instrumentos equivalentes.
b)	Acima de 03 (três) meses até 06 (seis) meses	1,5	
c)	Acima de 06 (seis) meses até 01 (um) ano	2,0	
d)	Acima de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos	3,0	
e)	Acima de 04 (quatro) anos	4,5	

a)	Sem experiência	0	Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato de Trabalho, Certidão de Tempo de Serviço, ou outros instrumentos equivalentes.
b)	Acima de 03 (três) meses até 06 (seis) meses	1,5	
c)	Acima de 06 (seis) meses até 01 (um) ano	2,0	
d)	Acima de 01 (um) ano até 04 (quatro) anos	3,0	
e)	Acima de 04 (quatro) anos	4,5	

Quadro 2

CURSOS SEQUENCIAIS, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO			Comproventes
	Pontuação		
			Certificado, Declaração ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado.
a)	Não possui	0	
b)	Com carga horária de 08 horas até 40 horas	1,0	
c)	Com carga horária acima de 40 horas até 100 horas	1,5	
d)	Com carga horária acima de 100 horas	2,0	
e)	Pós graduação em qualquer área	3,5	

Quadro 3

CURSO DE INFORMÁTICA (Editor de texto, Planilha Eletrônica e Sistema Operacional)			Comproventes
	Pontuação		
			Certificados ou declarações de conclusão com até 05 anos de realização contados a partir da data de publicação do edital.
a)	Não possui	0	
b)	Com carga horária de 04h até 20 horas.	0,5	
c)	Com carga horária acima de 20h até 40h.	1,5	
d)	Com carga horária acima de 40h.	2,0	

8.8 Em cada requisito de Avaliação Curricular constantes nos Quadros acima é computada apenas a pontuação máxima do que o candidato informou, não havendo acumulação de pontos num mesmo requisito.

8.9 A pontuação máxima obtida na Avaliação Curricular é de **10 (dez)** pontos e consideram-se habilitados os candidatos com pontuação igual ou superior a **7,0 (sete)** pontos, desde que atendidas às exigências dos Capítulos 2, 3 e 4 deste Edital.

8.9.1 Os candidatos que obtiverem pontuação inferior a **7,00 (sete)** pontos na Avaliação Curricular serão excluídos do Processo Seletivo Simplificado.

8.9.2 A Comissão divulgará através do site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>), lista provisória dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular por ordem decrescente de classificação, por função temporária/área de atuação e localidade, de acordo com a pontuação obtida no Formulário de Inscrição, conforme Cronograma Provisório constante Anexo I deste Edital, respeitando a regra do **item 8.9.1**, a saber, sendo excluídos aqueles que obtiverem nota inferior a **7,0 (sete)**.

8.9.3 Serão convocados para apresentar documentos comprobatórios dos dados curriculares informados no Formulário de Inscrição, com vistas a validar a classificação, aqueles candidatos classificados provisoriamente em até **10 (dez)** vezes o número de vagas previstas neste Edital incluindo os empatados na última posição.

8.10 Os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a **7,00 (sete)** pontos, estarão habilitados na Avaliação Curricular e classificados provisoriamente neste Edital de acordo com a homologação do certame e serão convocados para apresentar os documentos comprobatórios dos dados curriculares informados no Formulário de Inscrição, com vistas a validar a classificação, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado para todos os efeitos.

8.10.1 Os candidatos habilitados na Avaliação Curricular e classificados provisoriamente em até **10 (dez)** vezes o número de vagas previstas neste Edital, incluindo os empatados na última posição para ampla concorrência, serão convocados de acordo com a homologação do certame, para apresentar os documentos comprobatórios dos dados curriculares informados no Formulário de Inscrição, com vistas a validar a classificação, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado para todos os efeitos.

8.10.2 Dentre os candidatos que concorrerem às vagas reservadas a candidatos negros, serão convocados para apresentar documentos os candidatos habilitados e melhores classificados, considerando o limite de **10 (dez) vezes o número de vagas reservadas, conforme distribuição no quadro abaixo**, incluindo os empatados na última posição, desconsiderados os candidatos enquadrados nos itens 8.10.1, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado para todos os efeitos.

8.10.3 Dentre os candidatos que concorrerem às vagas reservadas a candidatos com deficiência, serão convocados para apresentar documentos os candidatos habilitados e melhores classificados, considerando o limite de **10 (dez) vezes o número de vagas reservadas, conforme distribuição no quadro abaixo**, incluindo os empatados na última posição, desconsiderados os candidatos enquadrados nos itens 8.10.2, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado para todos os efeitos.

8.10.4 Para a função temporária/área de atuação, que não há vagas reservadas aos candidatos negros ou com deficiência, será convocado para avaliação curricular **os 10 primeiros candidatos habilitados**, e os empatados na colocação, se for o caso, por função temporária/área de atuação e localidade, considerando a classificação das listas de candidatos negros ou com deficiência. Os candidatos que não atingirem o limite estabelecido nos **itens 8.10, 8.10.1, e 8.10.2**, deste Capítulo, serão reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

8.11 O candidato deverá encaminhar à Comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, cópia dos documentos exigidos, conforme **item 8.17** deste Edital bem como, cópia do seu documento de identidade, com foto e que identifique sua data de nascimento, histórico escolar, diploma ou certificado de conclusão do curso de graduação ou pós graduação exigido como requisito para a função temporária (conforme capítulo 3, item dos requisitos da função).

8.11.1 A cópia do documento exigido deverá ser apresentada **sem necessidade de autenticação**, contudo, no momento da contratação, toda a documentação deverá ser apresentada com a original e a cópia, na forma indicada no **item 12 e subitens** deste edital.

8.12 A cópia dos documentos deverão ser entregues pessoalmente ou postado via SEDEX, no período 27/02 e de 06/03 a 11/03/2025.

8.13 Os documentos a serem entregues pessoalmente ou via SEDEX deverão estar rubricados e numerados por página, em ordem sequencial, conforme estiverem listados na "Relação de Documentos para a Avaliação Curricular".

8.14 A "Relação de Documentos para a Avaliação Curricular" deverá ser apresentada em 1 (uma) via (obrigatoriamente digitada ou datilografada), conforme o modelo a seguir:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO CURRICULAR

<p>Identificação do Candidato:</p> <p>1) Processo Seletivo Simplificado: (NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE) 2) Função Temporária: 3) Nome do Candidato: 4) Número do Documento de Identidade: 5) Número de inscrição:</p> <p>Lista de Documentos Anexos: Página 1 – Documento "x" Página 2 – Documento "y" Página 3 – Documento "z"</p> <p>Data e assinatura do candidato:</p>
--

8.15 O período de apresentação dos documentos será divulgado por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e divulgado no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>), conforme Cronograma constante no Anexo I deste Edital.

8.16 Os documentos consistentes em declarações ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado, redigidos de forma legível e com todos os dados necessários, tanto a identificação das respectivas instituições ou órgãos expedidores como dos responsáveis pelas mesmas, sob pena de não reconhecimento dos mesmos.

8.17 A experiência profissional deverá ser comprovada através de um dos seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS devidamente assinado pelo antigo empregador (s) onde constem as datas de admissão e demissão e anotações pertinentes a situações legais de suspensão do respectivo contrato de trabalho.

b) Contrato de Trabalho acompanhado dos contracheques dos três últimos meses contados da data do desligamento, Contrato de Prestação de Serviços acompanhado do comprovante do pagamento respectivo, ou outro instrumento equivalente.

c) Certidão de tempo de serviço emitida pelo INSS ou por órgãos ou entidades da Administração Pública.

d) Outros documentos comprobatórios do vínculo empregatício e do conseqüente recebimento de pagamento pelo serviço prestado.

e) Comprovante de Imposto de Renda pessoa física – IRPF comprovando o recebimento de valores por prestação de serviço.

8.17.1 Os documentos listados no **Item 8.17** deverão ser acompanhados de Declaração da Instituição em que prestou serviço ou outro documento descritivo emitido pelo empregador, onde estejam detalhadas as atividades desempenhadas pelo candidato na instituição ou entidade em que prestou serviço.

8.17.2 A experiência profissional nas áreas de Técnico de Nível Superior poderá ser comprovada de forma complementar através de Declaração da Instituição em que prestou serviço, no que se refere às atividades desenvolvidas.

8.17.3 Será considerado como tempo de Experiência Profissional somente aquelas experiências comprovadamente relacionadas com as atribuições exigidas neste Edital para a função temporária/área de atuação para a qual está concorrendo.

8.18 Para comprovação dos Títulos de Especialização, Mestrado e Doutorado nas áreas específicas, serão aceitos certificados ou declarações de conclusão, nos quais deverão constar o período do curso; nome da Instituição com timbre ou carimbo impresso; assinatura do responsável pela Instituição, com identificação e/ou carimbo e conteúdo programático, não sendo permitido o fracionamento ou a soma da carga horária de um outro título para o mesmo item.

8.18.1 Para comprovação dos Cursos de Informática:

8.18.1.1 Para comprovação dos Cursos de Informática, serão aceitos certificados ou declarações de conclusão com até **5 (cinco) anos** de realização contados a partir da data de publicação do Edital, não sendo permitido o fracionamento ou a soma da carga horária de um outro título para o mesmo item.

8.18.1.2 Serão consideradas informações necessárias nos documentos comprobatórios dos Cursos de Informática: carga horária; período do curso; nome da Instituição com timbre ou carimbo impresso; assinatura do responsável pela Instituição, com identificação e/ou carimbo e conteúdo programático.

8.18.1.3 Expirado o período de apresentação dos documentos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação, valendo para tanto a data da postagem.

8.18.1.4 Não serão aceitos documentos enviados por fax, e-mail, ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

8.18.1.5 Todos os documentos deverão ser comprovados com informações necessárias ao perfeito enquadramento e consequente valoração.

8.18.1.6 Todos os documentos deverão ser entregues somente em cópia.

8.18.1.7 Serão aceitos documentos obtidos e postados pelo candidato até a data final do prazo de recebimento, publicada em Edital de Convocação que estabelecerá o período para a entrega dos mesmos.

8.19 A irregularidade ou ilegalidade constatada em relação a algum dos documentos apresentados acarretará a desconsideração do mesmo. Comprovada a responsabilidade do candidato, será o mesmo excluído do Processo Seletivo Simplificado.

8.20 Caberá a Comissão o enquadramento dos documentos enviados pelos candidatos e a aceitação do mesmo como comprovação dos requisitos exigidos neste edital

8.21 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia, divulgará, no Diário Oficial do Estado da Bahia, relação contendo apenas os candidatos aprovados após a Análise Curricular dos documentos comprobatórios. A relação obedecerá a ordem decrescente de pontuação, por função temporária/área de atuação e localidade e aplicados os critérios de desempate listados no **item 9.3** deste edital.

8.21.1 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia divulgará, através da Comissão, no Diário Oficial do Estado da Bahia, relação provisória contendo apenas os candidatos habilitados na Avaliação Curricular por ordem decrescente de pontuação, por função temporária/área de atuação, até o limite de **10 (dez) vezes** o número de vagas previstas no quadro 1 do Capítulo 2, e que obtiverem pontuação igual ou superior a **7,00 (sete)** pontos após comprovação da documentação para Avaliação Curricular.

8.21.2 Os candidatos que obtiverem nota inferior a **7,00 (sete)** pontos, após comprovação da documentação da Análise Curricular, serão reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

8.21.3 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade nos dados curriculares e, comprovada a culpa do mesmo, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

8.21.4 Quando o nome do candidato for diferente do constante nos documentos apresentados, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

8.21.5 Os documentos relativos à Avaliação Curricular, apresentados pelo candidato, terão validade somente para o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital.

8.21.6 Todos os documentos referentes à Avaliação Curricular, não retirados no prazo de **120 (cento e vinte)** dias da homologação final do Processo Seletivo Simplificado, poderão ser inutilizados pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia.

9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

9.1 A pontuação final dos candidatos habilitados por em todas as funções/ área de atuação, será igual a nota validada pela comissão, após Avaliação Curricular.



9.2 Os candidatos habilitados serão classificados por ordem decrescente da nota final, observada a lista correspondente à reserva de vagas aos candidatos negros e com deficiência.

9.3 Para todas as funções temporárias, na hipótese de igualdade de nota final, terá preferência, para fins de desempate, após a observância do disposto no parágrafo único do Art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) – considerada, para esse fim, a data limite para correção de dados cadastrais – sucessivamente, o candidato que:

- tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);
- obtiver maior nota na Experiência Profissional;
- obtiver maior nota no Curso de Qualificação, Atualização, Capacitação ou Aperfeiçoamento;
- tiver maior idade, considerando dia, mês e ano;
- tiver exercido efetivamente a função de jurado no período entre a data da publicação da Lei Federal nº 11.689, de 09 de junho de 2008 e a data de publicação deste Edital, desde que tenha informado no ato de inscrição, conforme o item 5.21 deste Edital.

9.4 Em caso de utilização do critério de desempate previsto no **subitem 9.3**, deste Capítulo, o candidato será convocado posteriormente para envio da certidão comprobatória.

9.5 Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo Simplificado serão classificados em ordem decrescente de nota final, por localidade, função temporária e área de atuação/área de atuação.

9.6 O Resultado Final deste Processo Seletivo Simplificado será publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e disponibilizado no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>), onde constarão as notas finais dos candidatos habilitados, por ordem decrescente de nota final, por função temporária, por localidade, assim como a classificação por eles obtida.

9.6.1 O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será divulgado por meio de **03 (três) listas**, a saber:

- lista contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, por função temporária, por localidade, inclusive os inscritos como candidatos com deficiência e negros;
- lista contendo a classificação exclusivamente dos candidatos habilitados com deficiência, função temporária;
- lista contendo a classificação exclusivamente dos candidatos habilitados negros, por função temporária.

9.7 Da divulgação dos resultados no Diário Oficial do Estado da Bahia constarão somente os candidatos habilitados.

9.8 O candidato não habilitado nos termos deste Edital será excluído do Processo Seletivo Simplificado e não constará da lista de classificação final.

10. DOS RECURSOS

10.1 Será admitido recurso quanto as seguintes situações:

- indeferimento da inscrição (Ampla Concorrência, Pessoas com Deficiência e Negros);
- a divulgação da Relação Provisória dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular;
- ao Resultado Provisório da Avaliação Curricular do Processo Seletivo Simplificado.

10.2 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de **02 (dois)** dias úteis após a ocorrência do evento que lhes der causa, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do referido evento.

10.3 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.

10.4 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

10.5 Os recursos dos candidatos que estiverem concorrendo as vagas localizadas em Salvador deverão ser dirigidos à Comissão e entregues no Setor de Protocolo ou por meio de SEDEX a Secretaria da Administração do Estado da Bahia, dirigidos à Comissão, endereço:

2ª Avenida do CAB, Plataforma III, Nº 200 - Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, 41745-003, devendo dela constar o endereço para correspondência, telefone, e-mail e assinatura do candidato.

10.5.1 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia, não se responsabilizará pelo extravio ou atraso dos documentos encaminhados via SEDEX.

10.6 Os recursos dos candidatos que estiverem concorrendo às vagas localizadas no interior do Estado da Bahia deverão ser encaminhados ao e-mail: editalreda@saeb.ba.gov.br até as 18h00min do último dia do prazo do recurso.

10.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações das decisões que podem ser objeto de recurso.

10.8 Os recursos encaminhados devem seguir a seguinte determinação:

- ser elaborados com argumentação lógica e consistente;
- Não serão aceitos recursos interpostos por fax, telegrama ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

10.10 Cada item deverá ser apresentado em folha separada, identificada conforme modelo a seguir:

Modelo de Identificação de Recurso:

Processo Seletivo Simplificado:

Candidato:

Código de Inscrição da Função Temporária:

N.º de Inscrição:

N.º do Documento de Identidade:

Fundamentação e argumentação lógica:

Data e assinatura:

10.11 Serão indeferidos os recursos que:

- não estiverem devidamente fundamentados;
- não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
- estiverem em desacordo com as especificações contidas neste Edital;
- forem apresentados fora do prazo estabelecido;
- apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso;
- apresentarem contra terceiros;
- apresentarem em coletivo;
- cujo teor desrespeite a comissão examinadora;
- encaminhados por meio da imprensa e/ou de “redes sociais online”.

10.12 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado no **item 10.1** deste Edital.

10.13 Admitir-se-á um único recurso por candidato, relativamente ao **item 10.1** deste Capítulo, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

10.14 Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso e/ou recurso do recurso.

10.15 Caso haja procedência de recurso interposto, poderá eventualmente ocorrer a alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.

10.16 A Comissão constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

10.17 As respostas a todos os recursos, quer procedentes ou improcedentes, serão levadas ao conhecimento de todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado por meio do site da Secretaria da Administração do Estado da

Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>), não tendo qualquer caráter didático, e ficarão disponíveis pelo prazo de **07 (sete)** dias a contar da data de sua divulgação.

10.18 Após análise dos recursos será disponibilizado no site Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>) o resultado dos recursos.

11. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

11.1 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia, por meio da Comissão, publicará em Diário Oficial do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto Estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, o Resultado Provisório da Avaliação Curricular, contendo a relação dos candidatos habilitados em ordem decrescente de pontuação final, por órgão, função temporária/área de atuação e localidade de acordo com a opção declarada no ato da inscrição.

11.2 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia, através do seu Titular, publicará o Resultado Final e a Homologação do Processo Seletivo Simplificado, no Diário Oficial do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto Estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, contendo a relação dos candidatos habilitados em ordem decrescente de pontuação final, por órgão, função temporária/área de atuação e localidade, de acordo com a opção declarada no ato da inscrição.

11.3 A publicação de todos os resultados do Processo Seletivo Simplificado será feita em **3 (três)** listas, por **(Nome do Órgão/Entidade)**, função temporária/área de atuação e localidade, contendo:

- a primeira, todos os candidatos habilitados, inclusive os candidatos inscritos como negros e os candidatos inscritos como candidatos com deficiência;
- a segunda, apenas os candidatos aprovados inscritos como candidatos com deficiência;
- a terceira, apenas os candidatos aprovados inscritos como candidatos negros.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 Após publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado e da sua Homologação, o Secretário da Secretaria da Administração do Estado da Bahia convocará os candidatos aprovados, conforme distribuição de vagas disposta no Capítulo 2 deste Edital, por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto Estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, segundo a opção de função temporária/área de atuação e localidade, observando rigorosamente, a ordem de classificação final do Processo Seletivo Simplificado (lista de ampla concorrência, lista de candidatos negros e lista de candidatos com deficiência) para a apresentação dos seguintes documentos:

- original e cópia do diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível superior para a função temporária/área de atuação que concorreu expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- original e cópia do certificado devidamente registrado de conclusão de curso de Ensino Médio com formação técnica expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC;
- original e cópia dos títulos obtidos no exterior revalidados no Brasil, se for o caso;
- original e cópia da carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;
- original e cópia do título de eleitor e dos comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral;
- original e cópia do ato de exoneração ou do requerimento no ato da posse para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do Art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- declaração de bens;
- original e cópia do PIS/PASEP (caso seja inscrito);
- Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;
- declaração de não-acumulação de cargos, empregos e funções, ainda que não remunerados;
- original e cópia do certificado de reservista para os homens;
- 03 (três) fotos 3x4 (recentes e idênticas);
- original e cópia do comprovante de residência dos últimos 02 (dois) anos;
- certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Federal;
- certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Estadual;
- folha de antecedentes da Polícia Federal de onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;
- folha de antecedentes da Polícia do (s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;
- certidão negativa da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- certidão negativa da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- certidão negativa da Justiça Eleitoral;
- certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- certidão negativa do Conselho de Classe ou órgão profissional competente;
- declaração de que:

I - não tenha contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga a de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

II - não tenha perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice-prefeito, por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;

III - não tenha contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;

IV - não tenha contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

V - não tenha sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

VI - não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

VII - no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;

VIII - não tenha sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;

IX - não tenha sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;

x) procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório;

y) comprovação de ter exercido efetivamente a função de jurado, conforme **item 7.20 do Capítulo 7**, deste Edital.

z) número de conta corrente do Banco do Brasil;

aa) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS para comprovação da experiência profissional conforme informado no Formulário de Inscrição Obrigatória;

bb) original e cópia da Certidão de Nascimento ou RG de filho (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos, se for o caso;

12.2 Além da documentação acima mencionada será exigido o preenchimento de declarações ou formulários fornecidos pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia, à época da contratação.

12.3 Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias ou xerocópias não autenticadas.

12.4 Na contratação serão convocados os candidatos aprovados das **03 (três)** listas (ampla concorrência, pessoas com deficiência e candidatos negros), de maneira alternada e proporcional, devendo ser observada a seguinte ordem de convocação:

a) Contratação pelas vagas destinadas à ampla concorrência;

b) Contratação pelas vagas reservadas aos candidatos negros;

c) Contratação pelas vagas reservadas às pessoas com deficiência.

12.5 Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas, as vagas serão preenchidas por candidatos da lista de ampla concorrência, com rigorosa observância da ordem classificatória.

12.6 No caso de desistência formal da contratação prosseguir-se-á a contratação dos demais candidatos habilitados, observada a ordem classificatória, bem como as disposições referentes às listas geral e específicas.

12.7 Somente serão contratados os candidatos que tenham apresentado original e cópia de todos os documentos relacionados no **item 12.1** deste Capítulo.

12.8 O candidato que, na data da contratação, não reunir os documentos requisitados enumerados acima, perderá o direito ao ingresso na referida função temporária.

12.9 O não comparecimento do candidato no ato da convocação acarretará a perda do direito da contratação na referida função temporária.

12.10 Eventuais convocações de candidatos do cadastro de reserva serão realizadas por meio do Diário Oficial do Estado da Bahia e disponibilizadas no endereço eletrônico do órgão (<https://www.ba.gov.br/administracao/>)

12.11 O candidato que não atender aos requisitos acima mencionados, seja qual for o motivo alegado, perderá o direito à vaga.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os atos, editais, portarias, avisos e comunicados referentes a este Concurso Público no Diário Oficial do Estado da Bahia, no site Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>);

13.2 Correrão por conta exclusiva do candidato quaisquer despesas com documentação, interposição de recurso, material, exames laboratoriais, laudos médicos ou técnicos, atestados, deslocamentos, viagem, alimentação, estadia e outras decorrentes de sua participação no Processo Seletivo Simplificado.

13.3 Todos os cálculos descritos neste Edital serão realizados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a 3ª (terceira) casa decimal for maior ou igual a 05 (cinco).

13.4 Todos os atos relativos ao presente Processo Seletivo Simplificado, editais, convocações, avisos e resultados, serão publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia, no site da Secretaria da Administração do Estado da Bahia (<https://www.ba.gov.br/administracao/>)

13.5 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo Simplificado é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo Simplificado.

13.6 Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativas à habilitação, classificação ou nota de candidatos.

13.7 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

13.8 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.

13.9 Em caso de alteração/correção dos dados pessoais (nome, endereço, telefone para contato, sexo, data de nascimento etc.) constantes no Formulário de Inscrição, o candidato deverá efetuar a atualização no Protocolo da Secretaria da Administração do Estado da Bahia, dirigidos

à Comissão, endereço: 2ª Avenida do CAB, Plataforma III, Nº 200 - Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, 41745-003.

13.10 Todas as publicações vinculadas a este processo seletivo simplificado serão realizadas através site da Secretaria da Administração (<https://www.ba.gov.br/administracao/>), sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.

13.11 A Secretaria da Administração do Estado da Bahia, não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

a) endereço eletrônico errado ou não atualizado ou devolvido por qualquer motivo;

b) endereço residencial errado ou não atualizado;

c) endereço de difícil acesso;

d) correspondência devolvida por razões diversas, decorrentes de informação errônea de endereço por parte do candidato;

e) correspondência recebida por terceiros.

13.12 As alterações, atualizações e correções dos dados de endereço só poderão ser solicitadas dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado. Solicitações encaminhadas após este prazo não serão consideradas.

13.13 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, avaliação e/ou tornar sem efeito a contratação do candidato, em todos os atos relacionados a este Processo Seletivo Simplificado, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, inclusive a prática de qualquer ato ilícito para aprovação no Processo Seletivo Simplificado, assegurando o contraditório a ampla defesa.

13.14 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no **item 13.13** deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o Art. 299 do Código Penal e outros ilícitos penais cabíveis.

13.15 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

13.16 O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua exclusão do Processo Seletivo Simplificado.

13.17 As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Secretaria da Administração do estado da Bahia.

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO

Secretário da Administração

ANEXO I

CRONOGRAMA PROVISÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Eventos	Datas
Período de inscrições (exclusivamente via Internet).	10 a 14/02/2025
Divulgação da relação das inscrições deferidas da condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer as vagas reservadas aos candidatos negros no site da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB	17/02/2025
Prazo para recurso quanto ao indeferimento das inscrições deferidas da condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros.	18 e 19/02/2025
Divulgação das respostas dos recursos quanto ao indeferimento das inscrições deferidas da condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer às vagas reservadas negros no site da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB	20/02/2025
Publicação no site da SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SAEB da Relação Provisória da Avaliação Curricular.	20/02/2025
Prazo de interposição de recurso quanto à divulgação da Relação Provisória da Avaliação Curricular.	21 e 24/02/25
Publicação no site da Relação Final da Avaliação Curricular e publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia da Convocação para entrega de documentos para comprovação das informações prestadas no momento da inscrição, conforme Item 8.12 do Capítulo 8 deste Edital.	26/02/2025
Prazo para entrega da documentação	27/02, 06/03 a 11/03/2025
Período da Avaliação Curricular pelo SINEBAHIA.	11 a 27/03/2025
Publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do Resultado Provisório da Avaliação Curricular após análise da documentação pelo SINEBAHIA.	29/03/2025
Prazo para interposição de recursos quando ao Resultado Provisório da Avaliação Curricular após análise da documentação pelo SINEBAHIA.	31/03 a 01/04/2025
Publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do Resultado Final da Avaliação Curricular após análise da documentação pelo SINEBAHIA, publicação do Resultado Final e Homologação do Processo Seletivo Simplificado.	03/04/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições, em conformidade com o processo SEI nº 009.0178.2023.0047889-91 e cumprindo o disposto no Capítulo 12, do Edital de Abertura das Inscrições - 002/2023, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 23 de setembro de 2023, do Processo Seletivo Simplificado para as Funções Temporárias Analista Técnico Temporário, Psicólogo e Técnico Administrativo Temporário, conforme o resultado final e a homologação do resultado final de 28 de dezembro de 2023, disponibilizado nos sites: www.saeb.ba.gov.br e www.ifbc.org.br em 28/12/2023, **RESOLVE**:

1.Convocar o (a) candidato(a) da Função Temporária de Técnico Administrativo Temporário, relacionados abaixo nominado(a), por ordem de classificação, atendendo ao disposto no EDITAL nº 002/2023, Capítulo 12, a comparecer na Secretaria da Administração do Estado da Bahia - SAEB, na 2ª Avenida nº 200, 2º andar sala 210, Plataforma III, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, nos horários definidos no Anexo I conforme cronograma divulgado.

2.Os candidatos convocados deverão comparecer no local, data e horário definidos acima, munido dos seguintes documentos em original e fotocópia e exames médicos pré-admissionais:

a) original e cópia do diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível médio, formação técnica profissionalizante de nível médio ou superior para a função temporária que concorreu expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;

b) original e cópia carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;

c) original e cópia da Certidão de Nascimento ou RG de filho (s) menor (ES) de 18 (dezoito) anos, se for o caso;

d) original e cópia título de eleitor e dos comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral;

e) original e cópia do ato de exoneração ou do requerimento no ato da posse para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

f) declaração de bens;

g) original e cópia PIS/PASEP;

h) original e Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

i) declaração de não-acumulação de cargos, empregos e funções, ainda que não remunerados;

j) original e cópia certificado de reservista para os homens;

k)02 (duas) fotos 3x4;

l) original e cópia comprovação de residência dos últimos anos;

m) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Federal;

n) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Estadual;

- o) folha de antecedentes da Polícia Federal de onde tenha residido nos últimos oito anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;
- p) folha de antecedentes da Polícia do (s) Estado (s) onde tenha residido nos últimos oito anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;
- q) certidão negativa de a Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- r) certidão negativa da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- s) certidão negativa da Justiça Eleitoral;
- t) certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- u) certidão negativa do Conselho de Classe ou órgão profissional competente se for o caso;
- v) atestado de Saúde Ocupacional - ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;
- w) procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiros, com firma devidamente reconhecida em cartório;
- x) declaração de que:**

I. não tenha contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga a de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

II. não tenha perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice-prefeito, por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;

III. não tenha contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos oito anos;

IV. não tenha contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

V. não tenha sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de oito anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

VI. não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de oito anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

VII. no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de oito anos;

VIII. não tenha sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;

IX. não tenha sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo.

aa) procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório.

bb) Curriculum

3.O candidato que não atender a presente convocação, na forma e prazo determinado, seja qualquer o motivo alegado, perderá o direito a contratação.

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO

Secretário da Administração

Anexo 01

FUNÇÃO	DATA DE APRESENTAÇÃO	HORÁRIO
Técnico Administrativo - Administrativo SAC - Salvador	06/02/2025	08:30H
Técnico Administrativo - Administrativo - SAEB		
Técnico Administrativo - Administrativo SAC - Eunápolis	07/02/2025	08:30H
Técnico Administrativo - Administrativo SAC - Feira de Santana II		
Técnico Administrativo - Administrativo SAC - Guanambi		
Técnico Administrativo - Administrativo SAC - Juazeiro		
Técnico Administrativo - Administrativo SAC - Santo Antonio de Jesus		

Anexo 02

-Ampla Concorrência- TÉCNICO ADMINISTRATIVO SAC - SAC - SALVADOR

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313004767	BARBRA SOUSA BALDAS	63	185º
2313034294	ALINE CARVALHO MESQUITA CORREIA	63	186º
2313028257	LAILA RAIANA SANTANA BORGES	63	187º
2313010926	ADRIANO RODRIGUES SANTA CRUZ	63	188º
2313034081	PRISCILLA FERREIRA FERRAZ	63	189º
2313042481	PRISCILLA LAIS MASCARENHAS PEREIRA	63	190º
2313027040	RAFAEL BRANDAO DE MELO	63	191º
2313028081	LUCAS GABRIEL MENDES DA SILVA	63	192º
2313045574	ANDRE LUIS HENRIQUE DOS SANTOS	63	193º
2313015641	JONATHAN PEIXOTO DA SILVA	63	194º
2313007713	DIOZIVAL DOS SANTOS SALES	63	195º
2313028963	RODRIGO MACIEL DE BRITO	63	196º
2313046819	VINICIUS PEREIRA GONZAGA SANTOS	63	197º

-Cota de Negros- TÉCNICO ADMINISTRATIVO SAC - SAC - SALVADOR

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313016421	MARIANA CORREIA DA SILVA SANTOS	59	119º
2313007082	PATRICK MAX SANTOS CABRAL	59	120º
2313026986	WELLINGTON MIGUEL DE JESUS SILVA	59	121º
2313008058	ANA PAULA LEO SANTANA	59	122º
2313045898	RAMON DOS SANTOS FERNANDES	59	123º
2313012518	JULIANA DE SOUZA PEREIRA	59	124º
2313003093	EMERSON OLIVEIRA RAMOS	59	125º
2313010663	EDER AUGUSTO FERREIRA DAS CHAGAS	59	126º
2313018198	ROBERT QUESTON NERES SACRAMENTO	59	127º

-PCD- TÉCNICO ADMINISTRATIVO SAC - SAC - SALVADOR

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313024490	JESSICA PIMENTA SOARES DOS SANTOS	56	9º

-Ampla Concorrência- TÉCNICO ADMINISTRATIVO - SAEB

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313042142	KAREN SILVA DO NASCIMENTO	60	112º
2313028428	ALANA FELIX DA SILVA DE OLIVEIRA	60	113º
2313037162	EDUARDO SILVA DOS REIS	60	114º

-Ampla Concorrência- TÉCNICO ADMINISTRATIVO - SAC EUNÁPOLIS-

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313018213	ROBERTA FRANCIS DE OLIVEIRA SANTOS CARVALHO	59	22º

-Ampla Concorrência- TÉCNICO ADMINISTRATIVO - SAC FEIRA II-

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313017324	SERENA TEIXEIRA DORIA		9º

-Cota de Negros - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - GUANAMBI-

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313033920	DILENO ROSAS SILVA	54	15º

-Ampla Concorrência- TÉCNICO ADMINISTRATIVO - SAC JUAZEIRO-

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313023658	WITALO DE SOUZA OLIVEIRA	66	7º

-Ampla Concorrência- TÉCNICO ADMINISTRATIVO - SANTO ANTÔNIO DE JESUS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
2313028754	LADINE TEIXEIRA SANTOS	62	20º

Portaria Nº 51494395 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SEMA, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	10130173	MARCIA ALVES PEREIRA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	11282087	MARIA JULIETA BOTELHO PERRI	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	12075358	MARIA AUXILIADORA BORGES RIBEIRO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	21223414	GLADYS BRIGE BORGES	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 51494358 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SEAGRI, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	09172686	GINALDO AGUIAR ARAUJO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	10180244	MARIA DO AMPARO VAZ BORGES BACELAR	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	10203534	PAULO CESAR GUEDES MIRANDA	ANALISTA TÉCNICO_C3	ANALISTA TÉCNICO_C4	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	10262759	SERVULO LUIZ DE OLIVEIRA CAMPOS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	10263244	LAURIDES PEREIRA GRAVATA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 51494349 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SDE, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	11174308	CARMEN LUCIA RODRIGUES MACHADO COSTA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	15140116	SONIA MARIA SILVEIRA DIAS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	15154432	SELMA LUCIA DE OLIVEIRA ALMEIDA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	40274215	CARLOS ALBERTO FIRPO MASCARENHAS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	67000079	ANA CRISTINA FRANCO MAGALHAES	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100164	ANTONIO ROMEU CARNEIRO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100232	MARIA DE FATIMA GUEDES MOTTA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100500	ALCIONE DE AZEREDO COUTINHO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100504	JAIME MELO FILHO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100586	MARCIA REGINA RANGEL GARSCHAGEN	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100628	LUCIA MARIA VIANNA TAVARES	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100687	JOAQUIM ANGELO DA SILVA NETO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100707	ANGELO LIMA VITA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100756	MARIVALDO LUIZ ROZEIRA DE ARAUJO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	70100785	JORGE ALBERTO PRADO DE CAMPOS	ANALISTA TÉCNICO_C3	ANALISTA TÉCNICO_C4	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 00898519 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) CASA CIVIL, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	14121761	TEREZA LEONIZIA COUTO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 00898517 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e com base nas Leis abaixo mencionadas, **resolve**:

1. DEFERIR

1.1 CONCESSÃO DA PENSÃO - Lei 14.529 de 29 de dezembro de 2022, ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Item	Processo	Matrícula	Servidor	Pensionista	Nome Pensionista	Data Início	Data Fim
001	009.9493.2025.0001955-59	30011602	FRANCISCO BARBOSA DE ALMEIDA	92137362	MARIA LUCIA NASCIMENTO SANTOS	08.01.2025	

Será respeitada a redução da percepção prevista no art. 24, §2º da EC nº 103/2019, quando da implantação de proventos.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

**Portaria Nº 00898534 de 29 de Janeiro de 2025**

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SAEB, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	58000033	CELUTA MARIA SANTOS VIEIRA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 00898525 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e com base nas Leis abaixo mencionadas, **resolve**:

1. DEFERIR

1.1 CONCESSÃO DA PENSÃO - Lei 14.529 de 29 de dezembro de 2022, ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Item	Processo	Matrícula	Servidor	Pensionista	Nome Pensionista	Data Início	Data Fim
001	009.9483.2024.0052213-48	30006341	ROQUE COSTA DOS SANTOS	92137367	MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES COSTA	28.10.2024	

Será respeitada a redução da percepção prevista no art. 24, §2º da EC nº 103/2019, quando da implantação de proventos.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00898819 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SETRE, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	15124473	ROSAURA MEIRA DE CASTRO VELLOSO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 00898598 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SEADES, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	21223374	SANDRA MARIA VIVEIROS MAIA AVENA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 00898820 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SJDH, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	09172416	FATIMA MARIA DA SILVA LIMA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 00897899 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no art. 4º, caput, e §2º, I, c/c art. 3º, §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I ALICE CRISTINA DE SOUSA, proc. 019.9162.2024.016.9696-12, SESAB, Auxiliar administrativo, CLASSE 2, matrícula 19251671, proventos integrais - R\$4.394,92 (quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos), compostos por Vencimento - R\$1.471,29, 32.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$470,81, 53.08 % CET Incorp Venc Basico - R\$780,96, GID Incorporada - R\$1.377,61, 1.33 % Adc Insalubridade Incorp - R\$19,57, 18.67 % Insalubridade Jud - R\$274,68. A incorporação da Insalubridade Judicial aos proventos de aposentadoria foi realizada com base em decisão judicial proferida na Ação nº 0001625- 98.2016.8.05.0000, ficando ressalvada a possibilidade de sobrevir alteração na aposentadoria. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 51494385 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SEFAZ, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	11145408	ELIANE LEITE SANTOS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	11160165	ELISABETE SENA DE CARVALHO SANTOS	ANALISTA TÉCNICO_C3	ANALISTA TÉCNICO_C4	01 de Outubro de 2024

009.0227.2024.0047547-83	13151667	JAYNE TELES BASTOS CERQUEIRA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	13151887	GRAZIELADAMIANE MENEZES BARRETO SILVA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	13152454	MARIA CRISTINA CONCEICAO PONDE	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	13161450	TEREZA CRISTINA PAMPONET RIBEIRO DANTAS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	13161675	SILVIA MARIA DOS SANTOS ASSIS SILVA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	13170864	LUCIDALVA BARBOSA CERQUEIRA MASCARENHAS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	13191546	ANA MARIA SILVA VASCONCELOS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	13209250	MARIA SYBELE GUSMAO ALVES DIAS CORREIA SANTOS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	13209301	EDSON ALCANTARA DAS NEVES	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	61001484	ROBERTO CALIXTO SOUZA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 51494376 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SECULT, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	11274560	LAURA STELA FREITAS FERNANDES	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	11274915	MARIA AUXILIADORA PEPE FRANCA SOUZA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	11274971	LUCINETE SANTANA BARBOSA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	11275155	ATALY REGINA DEFFENDE FRANHANI	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 51494405 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SEPLAN, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	17172514	ANA LUCIA SILVA RIBEIRO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	17222943	ZIVANA FONSECA MONTEIRO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 51494388 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SEINFRA, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	12083134	LUIZ AMARO RIBEIRO DOS SANTOS	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	12211498	ZILMA MOTA ROCHA RIBEIRO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 51496786 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as disposições previstas no(a) Arts. 2º e 4º da Lei nº 11.374, de 05 de fevereiro de 2009, c/c Decreto nº 19.497, de 04 de março de 2020, **resolve** conceder promoção ao(s) servidor(es) da(s) carreira(s) integrante(s) do Grupo Ocupacional Técnico Administrativo, lotado(s) no(a) SESAB, conforme relação de servidores e data dos efeitos funcionais e financeiros contidas no Anexo Único desta Portaria.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

ANEXO ÚNICO

Processo	Matrícula	Nome	Cargo Anterior	Cargo Após Promoção	Data Efeitos Func Financ
009.0227.2024.0047547-83	11282251	MARIA CREUZA FERREIRA DA SILVA	ANALISTA TÉCNICO_C3	ANALISTA TÉCNICO_C4	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	19310408	LUIZ NEVES DOS REIS	ANALISTA TÉCNICO_C2	ANALISTA TÉCNICO_C3	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	19311948	HELENA LEMOS LORDELLO	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	21129777	LEIDELANIA SOARES DE OLIVEIRA	ANALISTA TÉCNICO_C3	ANALISTA TÉCNICO_C4	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	21172534	MARIA ANGELA BRITO DE SOUZA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024
009.0227.2024.0047547-83	59111399	MARILIA DE ASSIS PITA	ANALISTA TÉCNICO_C4	ANALISTA TÉCNICO_C5	01 de Outubro de 2024

Portaria Nº 00891415 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO e o(a) COMANDANTE GERAL DO(A) POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições contidas no Decreto nº 11.688/09, e em conformidade com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolvem** transferir, a pedido, para a Reserva Remunerada, com fundamento no arts. 175, I c/c art. 92, III, da Lei nº 7.990/2001, c/c art. 7º da Lei 14.186/2020, o(s) servidor(es) militar(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I AGNALDO NASCIMENTO DOS SANTOS, proc. 030.2705.2024.0238658-08, Sub-tenente, matrícula 30248640, proventos integrais - calculados sobre a remuneração de Primeiro tenente, R\$ 11.821,43 (onze mil oitocentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos) compostos de Soldo - R\$ 1.658,69, 25.00 % Adicil Inativ Pos Lei Inc - R\$414,67, 34.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$563,95, 125.00 % CET Incorp Venc Basico - R\$2.073,36, Grat Ativ Policial V Inc - R\$7.110,76. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.



As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

PAULO JOSE REIS DE AZEVEDO COUTINHO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA - PM-BA
EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB

Portaria Nº 00898875 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c arts. 2º e 5º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c art. 2º da Emenda Constitucional Estadual nº 26/2020, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I MARIZA REGINA NASCIMENTO MAGALHAES, proc. 056.3062.2024.0002173-20, SESAB, Enfermeiro, CLASSE 4, NÍVEL F, matrícula 19219630, proventos integrais - R\$8.820,67 (oito mil oitocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), compostos por Vencimento - R\$3.313,05, 35.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$1.159,57, GID Incorporada - R\$3.354,13, 30.00 % Adc Insalubridade Incorp - R\$993,92. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria SAEB Nº 00897138 DE 29 de Janeiro de 2025

O(a) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, o uso de suas atribuições legais, lastreado no quanto disposto no artigo 205 da Lei nº 6.677/94, **RESOLVE(M)**:

Instaurar a Sindicância nº 009.0167.2025.0002809-31, designando os servidores JOSE RICARDO PALOMO TANAJURA, Esp política públic gestão governamental, matrícula nº 09380009, ANTONIO JOSE DA PURIFICACAO LIMA, Especialista em obras públicas, matrícula nº 68421853 e NIVALDO MENEZES FIGUEIREDO FILHO, Técnico administrativo, matrícula nº 68000673 para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (TRINTA) dias, admitida uma prorrogação deste prazo em face de circunstâncias excepcionais, investigar a existência de responsabilidade funcional de servidores públicos quanto ao zelo na guarda dos bens subtraídos registrados no Boletim de Ocorrência, conforme constantes nos autos tombados sob o nº 083.13148.2022.0010129-81, acostado ao doc. SEI nº 00106608580.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

Portaria Nº 00891439 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO e o(a) COMANDANTE GERAL DO(A) POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições contidas no Decreto nº 11.688/09, e em conformidade com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolvem** transferir, ex officio, para a Reserva Remunerada, com fundamento no art. 177, VIII e art. 92, IV da Lei 7.990/2001 com redação da Lei 14.186/2020 c/c art. 7º da Lei 14.186/2020, o(s) servidor(es) militar(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I FRANCISCO GUALTER DE SOUZA, proc. 030.0010.2024.0190269-13, Primeiro tenente, matrícula 30248837, proventos integrais - calculados sobre a remuneração de Primeiro tenente, R\$ 15.412,80 (quinze mil quatrocentos e doze reais e oitenta centavos) compostos de Soldo - R\$ 1.658,69, 30.00 % Adicil Inativ Pos Lei Inc - R\$597,13, 35.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$696,65, 20.00 % VP Art.92 L.7990-Sold Inc - R\$331,74, 20.00 % VP Art.92 L.7990-GAP Inc - R\$1.422,15, 125.00 % CET Incorp Venc Basico - R\$2.488,04, 55.00 % Habilitacao Judicial - R\$1.094,74, V.Pessoal Judicial - R\$12,90, Grat Ativ Policial V Inc - R\$7.110,76, devendo os efeitos do presente ato retroagirem a 08/11/2024. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art.44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

PAULO JOSE REIS DE AZEVEDO COUTINHO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA - PM-BA
EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB

Portaria Nº 00896124 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no art. 4º, caput, e §2º, I, c/c art. 3º, §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I MARINALVA AGUIAR DE JESUS DA SILVA, proc. 019.1178.2024.0039845-49, SESAB, Auxiliar administrativo, matrícula 19243385, proventos integrais - R\$4.426,70 (quatro mil quatrocentos e vinte e seis reais e setenta centavos), compostos por Vencimento - R\$1.412,07, 99.16 % GID Municipalizacao Inc - R\$1.400,21, 32.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$451,86, 52.50 % CET Incorp Venc Basico - R\$741,34, 29.83 % Adc Insalubridade Incorp - R\$421,22. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00891467 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO e o(a) COMANDANTE GERAL DO(A) POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições contidas no Decreto nº 11.688/09, e em conformidade com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolvem** transferir, ex officio, para a Reserva Remunerada, com fundamento no art. 177, VIII e art. 92, IV da Lei 7.990/2001 com redação da Lei 14.186/2020 c/c art. 7º da Lei 14.186/2020, o(s) servidor(es) militar(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I JORGE LUIS DO NASCIMENTO LEAL, proc. 030.0010.2024.0190414-67, Primeiro tenente, matrícula 30221136, proventos integrais - calculados sobre a remuneração de Primeiro tenente, R\$ 15.459,61 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e um centavos) compostos de Soldo - R\$ 1.658,69, 30.00 % Adicil Inativ Pos Lei Inc - R\$597,13, 38.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$756,36, 20.00 % VP Art.92 L.7990-Sold Inc - R\$331,74, 20.00 % VP Art.92 L.7990-GAP Inc - R\$1.422,15, 125.00 % CET Incorp Venc Basico - R\$2.488,04, 55.00 % Habilitacao Judicial - R\$1.094,74, Grat Ativ Policial V Inc - R\$7.110,76, devendo os efeitos do presente ato retroagirem a 08/11/2024. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

PAULO JOSE REIS DE AZEVEDO COUTINHO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA - PM-BA
EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB

Portaria Nº 00896747 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no art. 3º, caput, §1º, §5º, I, e §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I ELIUDE SIMOES DE JESUS, proc. 019.8606.2023.0058891-27, SESAB, Auxiliar de enfermagem, CLASSE 3, NÍVEL F, matrícula 19250739, proventos integrais - R\$5.969,35 (cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos), compostos por Vencimento - R\$2.181,46, 30.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$654,44, Plantao Noturno Inc - R\$9,74, GID Incorporada - R\$2.469,27, 30.00 % Adc Insalubridade Incorp - R\$654,44. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00896717 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no art. 4º, caput, e §2º, I, c/c art. 3º, §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I ELOISA GOMES LEITE, proc. 019.9590.2024.0156769-01, SESAB, Auxiliar administrativo, CLASSE 1, matrícula 19245518, proventos integrais - R\$4.055,18 (quatro mil e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos), compostos por Vencimento - R\$1.412,07, 82.18 % GID Municipalizacao Inc - R\$1.160,44, 32.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$451,86, 53.00 % CET Incorp Venc Basico - R\$748,40, 20.00 % Adc Insalubridade Incorp - R\$282,41. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei

6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria SAEB Nº 00898154 DE 29 de Janeiro de 2025

O(a) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, o uso de suas atribuições legais, lastreado no quanto disposto no artigo 205 da Lei nº 6.677/94, **RESOLVE(M)**:

Instaurar a Sindicância nº 009.0167.2024.0058113-14, designando os servidores JOSE RICARDO PALOMO TANAJURA, Esp política públic gestão governamental, matrícula nº 09380009, ANTONIO JOSE DA PURIFICACAO LIMA, Especialista em obras públicas, matrícula nº 68421853 e NIVALDO MENEZES FIGUEIREDO FILHO, Técnico administrativo, matrícula nº 68000673 para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (TRINTA) dias, admitida uma prorrogação deste prazo em face de circunstâncias excepcionais, averiguar a existência de responsabilidade funcional de servidores da Secretaria da Educação- SEC, nas irregularidades apontadas nos relatórios da AGE nº 09/08 e 21/09, conforme constantes nos autos tombados sob o nº 009.0243.2022.0036236-10.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

Portaria Nº 00898481 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no art. 4º, caput, e §2º, I, c/c art. 3º, §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I IZILMA MARIA BARRETO DE SOUZA ABREU, proc. 019.0142.2024.0172648-30, SESAB, Odontólogo, CLASSE 4, NIVEL F, matrícula 19226160, proventos integrais - R\$7.732,21 (sete mil setecentos e trinta e dois reais e vinte e um centavos), compostos por Vencimento - R\$2.208,70, 23.24 % Grat de Preceptoría Inc - R\$513,30, 33.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$728,87, GID Incorporada - R\$3.618,74, 3.26 % Adc Insalubridade Incorp - R\$72,00, 26.74 % Insalubridade Jud - R\$590,60. A incorporação da insalubridade judicial aos proventos de aposentadoria foi realizada com base em decisão judicial proferida na ação nº 0001625-98.2016.8.05.0000, ficando ressalvada a possibilidade de sobrevir alteração na aposentadoria. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00898520 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO e o(a) COMANDANTE GERAL DO(A) POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições contidas no Decreto nº 11.688/09, e em conformidade com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolvem** transferir, ex officio, para a Reserva Remunerada, com fundamento no art. 177, I e art. 92, II da Lei 7.990/2001 com redação da Lei 14.186/2020, o(s) servidor(es) militar(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I EDGAR CELESTINO DOS SANTOS FILHO, proc. 006.0400.2023.0004850-82, Primeiro sargento, matrícula 30019532, proventos integrais - calculados sobre a remuneração de Primeiro sargento, R\$ 4.655,66 (quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) compostos de Soldo - R\$ 805,95, 5.00 % Adicil Inativ Pos Lei Inc - R\$40,30, 22.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$177,31, 8.25 % VP Art 16 Lei 7145/97 Inc - R\$66,49, 45.00 % CET Incorp Venc Basico - R\$362,68, Grat Ativ Policial V Inc - R\$3.202,93, devendo os efeitos do presente ato retroagir a 14/03/2016. Cumprimento judicial em razão de decisão proferida na Ação nº 8071025-82.2024.8.05.0000.. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

PAULO JOSE REIS DE AZEVEDO COUTINHO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA - PM-BA
EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB

Portaria Nº 00897371 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no art. 4º, caput, e §2º, I, c/c art. 3º, §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I LIVANA SANTOS DIAS, proc. 019.8418.2024.0189962-11, SESAB, Técnico em higiene dental, CLASSE 3, NIVEL F, matrícula 19252432, proventos integrais - R\$4.392,07 (quatro mil trezentos e noventa e dois reais e sete centavos), compostos por Vencimento - R\$1.481,70, 32.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$474,14, GID Incorporada - R\$1.843,55, 40.00 % Adc Insalubridade Incorp - R\$592,68. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria SAEB Nº 00898272 DE 29 de Janeiro de 2025

O(a) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, o uso de suas atribuições legais, lastreado no quanto disposto no artigo 205 da Lei nº 6.677/94, **RESOLVE(M)**:

Instaurar a Sindicância nº 009.0167.2025.0003013-60, designando os servidores JOSE RICARDO PALOMO TANAJURA, Esp política públic gestão governamental, matrícula nº 09380009, ANTONIO JOSE DA PURIFICACAO LIMA, Especialista em obras públicas, matrícula nº 68421853 e NIVALDO MENEZES FIGUEIREDO FILHO, Técnico administrativo, matrícula nº 68000673 para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (TRINTA) dias, admitida uma prorrogação deste prazo em face de circunstâncias excepcionais, para aprofundamento da investigação preliminar realizada por meio da Portaria Nº 064 de 20 de julho de 2022, do Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia para fins de delimitação quanto a existência de eventuais responsabilidades funcionais no que diz respeito aos pagamentos realizados pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento- CEPED, conforme orientado no PARECER Nº PA- NCAD-1109-2023-doc SEI 00077655664, nos autos do processo SEI nº 028.2209.2022.0001837-15.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

Portaria SAEB Nº 00898189 DE 29 de Janeiro de 2025

O(a) SECRETÁRIO(A) DE ESTADO do(a) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB, o uso de suas atribuições legais, lastreado no quanto disposto no artigo 205 da Lei nº 6.677/94, **RESOLVE(M)**:

Instaurar a Sindicância nº 009.0167.2024.0058105-04, designando os servidores JOSE RICARDO PALOMO TANAJURA, Esp política públic gestão governamental, matrícula nº 09380009, ANTONIO JOSE DA PURIFICACAO LIMA, Especialista em obras públicas, matrícula nº 68421853 e NIVALDO MENEZES FIGUEIREDO FILHO, Técnico administrativo, matrícula nº 68000673 para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (TRINTA) dias, admitida uma prorrogação deste prazo em face de circunstâncias excepcionais, para fins de averiguação de existência e delimitação de eventual responsabilidade funcional quanto ao vazamento de informações restritas no âmbito da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia- ADAB, conforme noticiado nos autos do processo SEI nº 083.7293.2023.0006186-61, doc. SEI nº 00106636763.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETÁRIO(A) DE ESTADO

Portaria Nº 00898671 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e com base nas Leis abaixo mencionadas, **resolve**:

1. DEFERIR

1.1 CONCESSÃO DA PENSÃO - Constituição do Estado da Bahia, c/c com EC 26, de 31 de janeiro de 2020, e com a Lei nº 11.357, de 09 de janeiro de 2009, ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s):

Item	Processo	Matrícula	Servidor	Pensionista	Nome Pensionista	Data Início	Data Fim
001	009.9472.2025.0002263-49	47000279	NIVALDO VIEIRA DE ANDRADE	92137398	MÁRCIA MARIA FERNANDEZ DE ANDRADE	08.01.2025	



Será respeitada a redução da percepção prevista no art. 24, §2º da EC nº 103/2019, quando da implantação de proventos.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00896526 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO e o(a) COMANDANTE GERAL DO(A) POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições contidas no Decreto nº 11.688/09, e em conformidade com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolvem** transferir, a pedido, para a Reserva Remunerada, com fundamento no Art.175,I c/c art.176, II, da Lei nº 7.990, de 27 de dezembro de 2001, o(s) servidor(es) militar(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I ISRAEL JESUS DE LIMA, proc. 030.18231.2024.0240185-81, Cabo, matrícula 30482151, proventos proporcionais - calculados sobre a remuneração de Cabo, R\$ 4.324,49 (quatro mil trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e nove centavos) compostos de Soldo - R\$ 1.121,39, 18.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$201,85, 55.00 % CET Incorp Venc Basico - R\$616,76, Grat Ativ Policial V Inc - R\$2.384,49. Em conformidade com o artigo 119, caput e parágrafo único da Lei 7.990/2001, foi aplicada a proporção de 26/35 (vinte e seis trinta e cinco avos). A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

PAULO JOSE REIS DE AZEVEDO COUTINHO
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA BAHIA - PM-BA
EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA - SAEB

Portaria Nº 00897892 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no Art. 4º, §§1º e 2º, I, c/c art. 3º, §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I DARLENE LESSA PIMENTEL SANTOS, proc. 011.9284.2024.0041580-22, SEC, Professor, PADRÃO P, GRAU V, matrícula 11304822, proventos integrais - R\$4.967,07 (quatro mil novecentos e sessenta e sete reais e sete centavos), compostos por Vencimento - R\$2.462,35, 20.00 % Avanco Horizontal Inc - R\$492,47, 25.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$615,59, Aula Extraord Incorp - R\$13,31, 31.18 % Atividade Classe Incorp - R\$767,76, 25.00 % Grat Aperfeic Prof Incorp - R\$615,59. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00896545 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com fundamento no art. 3º, caput, §1º, §5º, I, e §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I ZELIOMAR PADRE RODRIGUES, proc. 019.9395.2024.0197870-11, SESAB, Auxiliar administrativo, CLASSE 2, matrícula 19269687, proventos integrais - R\$3.994,03 (três mil novecentos e noventa e quatro reais e três centavos), compostos por Vencimento - R\$1.471,29, 30.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$441,39, 53.17 % CET Incorp Venc Basico - R\$782,28, GID Incorporada - R\$1.004,81, 20.00 % Adc Insalubridade Incorp - R\$294,26. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Portaria Nº 00898836 de 29 de Janeiro de 2025

O(A) SECRETÁRIO(A) DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09, e de acordo com as informações constantes no(s) respectivo(s) processo(s) administrativo(s), **resolve** conceder Aposentadoria Voluntária, com

fundamento no Art. 5º, caput, c/c art. 3º, §7º, da EC nº 26/2020, com redação dada pela EC nº 27/2021, ao(s) servidor(es) no(s) item(ns) a seguir discriminado(s):

I GENERICIO FERNANDO DO NASCIMENTO ALMEIDA, proc. 012.5886.2024.0099933-05, P.CIVIL, Investigador de polícia, CLASSE E, matrícula 20346206, proventos integrais - R\$8.920,57 (oito mil novecentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos), compostos por Vencimento - R\$2.173,10, 24.00 % Adic Tempo de Serviço Inc - R\$521,54, Plantao Noturno Inc - R\$178,77, 125.00 % CET Incorp Venc Basico - R\$2.716,38, Hora Extra 50% Inc - R\$14,22, GAPJ V Inc - R\$3.316,56. A publicação do presente ato faz cessar os efeitos de eventuais nomeações, licenças e afastamentos, conforme art. 44 da Lei 6.677/94, ou, no que couber, art. 168 da Lei 7.990/01, bem como será respeitada a redução de percepção prevista no art. 24, § 2º da EC 103/2019, quando da implantação dos proventos.

As melhorias posteriores à data da inativação deverão ser incorporadas aos proventos independentemente da expedição do novo ato.

EDELVINO DA SILVA GOES FILHO
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO EST DA BAHIA

Superintendência de Previdência – SUPREV

PORTARIA Nº 032 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

O SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 10.955/07 e pelo Decreto 11.688/09 e em conformidade com as informações constantes no respectivo processo administrativo nº 009.0252.2019.0017851-11, resolve **TORNAR SEM EFEITO** a **PORTARIA Nº 635 DE 12 de junho de 2019**, publicado no DOE de 15/06/2019 referente ao(à) servidor(a) no item a seguir discriminado:

I - ONEIDE MARIA DA ROCHA BATISTA, matrícula: 11.168.055-5, SEC, proc. 0200080233492.

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO

Secretário da Administração

Superintendência de Recursos Humanos – SRH

PORTARIA SRH/SAEB Nº 67 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, em cumprimento a decisão judicial abaixo, de acordo com a orientação da Procuradoria Geral do Estado da Bahia e tendo em vista o Edital de Abertura de Inscrições - SAEB - 02/2019, de 15 de outubro de 2019, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 16 de outubro de 2019 do Concurso Público para Seleção de Candidatos ao Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar da Bahia e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia do quadro de pessoal da Polícia Militar da Bahia e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, **RESOLVE**:

1. Divulgar o Resultado Provisório da 2ª Etapa: Prova Discursiva, do candidato *sub judice* abaixo listado.

2. Informar que será concedida Vista da Folha de Respostas da 2ª Etapa: Prova Discursiva, de acordo com o estabelecido no Capítulo 11 do Edital de Abertura de Inscrições - SAEB nº 02/2019.

3. Fixar o prazo de 02 (dois) dias úteis, subsequentes a esta publicação para eventual interposição de recurso referente ao Resultado Provisório 2ª Etapa: Prova Discursiva, e Vista da Folha de Respostas da 2ª Etapa: Prova Discursiva que deverá ser interposto exclusivamente por meio site do IBFC (www.ibfc.org.br), de acordo com as instruções da página do concurso.

ANEXO ÚNICO

CANDIDATO NEGRO SUB JUDICE

(RESULTADO PROVISÓRIO DA 2ª ETAPA: PROVA DISCURSIVA)

Cargo/Quadro de Praças: Aluno Soldado Polícia Militar - Masculino
Região de Classificação - Município/Sede: 01 - SALVADOR

INSCRIÇÃO	NOME	PROVA DISCURSIVA	AÇÃO JUDICIAL
2140273-6	CAIO VIEIRA DO NASCIMENTO (SUB JUDICE)	81	8020041-36.2020.8.05.0000

ADRIANO TAMBONE

Superintendente de Recursos Humanos

PORTARIA SRH/SAEB Nº 68 DE 29 DE JANEIRO DE 2025

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, BAHIA, no uso de suas atribuições, em cumprimento a decisão judicial abaixo e tendo em vista o Edital de Abertura de Inscrições - SAEB/05/2022, de 27 de setembro de 2022, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia de 28 de setembro de 2022, para o Concurso Público para Seleção de Candidatos ao Curso de Formação de Soldado da Polícia Militar da Bahia e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia do quadro de pessoal da Polícia Militar da Bahia e do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, **RESOLVE**:

1. Tornar pública o Resultado Provisório do candidato Andre Vítor Matias Cardoso (*Sub Judice*), inscrição nº 0001636g, pela Comissão de Heteroidentificação dos candidatos autodeclarados negros (pretos e pardos), disponível por meio do site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br).